



CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA BEATRIZ FRAZÃO DA SILVA

**EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) DOS
CURSOS DE PEDAGOGIA DO ESTADO DO MARANHÃO:** o que os indicadores de
qualidade revelam?

São Luís

2019

ANA BEATRIZ FRAZÃO DA SILVA

**EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) DOS
CURSOS DE PEDAGOGIA DO ESTADO DO MARANHÃO: o que os indicadores de
qualidade revelam?**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão, como pré-
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte

São Luís

2019

Silva, Ana Beatriz Frazão da.

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO ESTADO DO MARANHÃO: o que os indicadores de qualidade revelam? / Ana Beatriz Frazão da Silva. – São Luís, 2019.

60 f

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte.

1.Avaliação. 2.ENADE. 3.Qualidade. I. Título

CDU: 37.091.27(812.1)

ANA BEATRIZ FRAZÃO DA SILVA

**EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) DOS
CURSOS DE PEDAGOGIA DO ESTADO DO MARANHÃO: o que os indicadores de
qualidade revelam?**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão, como pré-
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Ma. Maria das Graças Neri Ferreira
1º Examinador

Ma. Heline Maria Furtado Silva
2º Examinador

Dedico esta conquista a Deus por me fortalecer e me dar esperança, a minha família por toda ajuda indireta, e amigos pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por todo amor e cuidado por mim nesse processo de dificuldades, mas, de muitas alegrias também;

A professora Dra. Ana Lúcia Cunha Duarte, por sua orientação e paciência;

Aos meus pais, Luserdir Regina Frazão da Silva e Claudio Roberto Brandão da Silva, por todo investimento;

A minha irmã Ana Cília Frazão da Silva por todas as mensagens, sem elas, seria difícil aguentar as dores nas costas e continuar a escrita;

As minhas amigas: Aline Filgueiras, Anielle Rabelo, Camila Mattos, Evyla Costa e Larissa Pinheiro por todas as aventuras. Que Deus nos permita permanecermos juntas, compartilhando amor;

Aos amigos que me incentivam. Em especial a Mayara Buna e Jessica ferreira.

Ao grupo de pesquisa GESTA/UEMA, em especial aos colegas: Fabiana Nogueira, Vitoria Sousa e Rafael Mattos, sem vocês o processo de pesquisa seria incompleto.

*“Pode se encontrar a felicidade mesmo nas horas mais sombrias,
se a pessoa se lembrar de acender a luz”.*

J. K. Rowling; Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, 1999.

RESUMO

Tendo em vista a relevância do assunto na atualidade sobre avaliação e qualidade, o estudo tem como norte as análises dos dados disponíveis nas bases de dados dos órgãos oficiais, relacionados com os indicadores de qualidade da Educação Superior dos cursos de licenciatura no Maranhão. Buscou-se compreender por via do Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior, e seus componentes: Avaliação Institucional, Avaliação de Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, tomando como referência este último, relacionando instituições e cursos nas três edições: 2011, 2014 e 2017. É necessário o estudo dos relatórios para conhecer como está sendo o ensino dos estudantes no seu processo acadêmico, e se estão sendo preparados para serem profissionais qualificados. Compreendendo que a avaliação quando executada de forma dinâmica pode ser utilizada como referencial para as instituições de ensino superior, buscando objetivos a serem alcançados, sistematizando a instituição de forma que esta proceda à formação de profissionais responsáveis com a sociedade. A pesquisa apresenta dados da educação superior compreendendo o território Nacional e Regional. Entretanto os dados apresentados com mais profundidade compreendem somente os cursos de licenciatura de Pedagogia do Estado do Maranhão, analisando os resultados obtidos do ENADE. Além disso, estabeleceu-se o processo da pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando dados quantitativos. Assim, foi feita organização e interpretação dos dados dos relatórios, desta forma foram construídos gráficos, tabelas e quadros com os resultados obtidos por meio do estudo.

Palavras-chave: Avaliação. ENADE. Qualidade.

ABSTRACT

Considering the relevance of the subject at present on evaluation and quality, the study has as its orientations the analysis of the data available in the official agencies' databases, related to the quality indicators of the Higher Education of the undergraduate courses in Maranhão. We sought to understand through the National Higher Education Assessment System - SINAES, and its components: Institutional Assessment, Course Evaluation and the National Student Performance Exam (ENADE), taking as a reference the latter, relating institutions and courses in three editions: 2011, 2014 and 2017. It is necessary to study the reports to know how is it going the students development during their academic process, and if they are being prepared to be qualified professionals. Knowing that, when performed dynamically, the evolution can be used as a reference for higher education institutions, looking for goals to be achieved, systematizing the institution in order to train professionals that are responsible with society. The research presents data from higher education comprising the National and Regional territory. However, the data presented in more depth only include the Pedagogy degree courses in the State of Maranhão, analyzing the results obtained from ENADE. In addition, the qualitative research process was established using quantitative data, according to Bogdan; Biklen (2010). So, the data and the reports were organized and interpreted, and, thus were constructed graphs, tables and tables with the results obtained through the study.

Keywords: Evaluation. ENADE. Quality.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE	Avaliação das Condições de Ensino
ACG	Avaliação dos Cursos de Graduação
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CC	Conceito de Curso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial de Avaliação
CNCST	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
CNRES	Comissão Nacional de Reforma do Ensino Superior
CPA	Comissão Própria de Autoavaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Curso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GERES	Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observados e Esperados
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Curso
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SERES	Secretaria de Regulação da Educação Superior
SESU	Secretaria da Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições de Educação Superior e matrículas em curso de graduação.	25
Tabela 2 - Instituições e seus respectivos conceitos do IGC de 2017.	38
Tabela 3 - Escala do conceito ENADE.	41
Tabela 4 - Número de cursos com estudantes participantes do ENADE no Maranhão, em 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017.	43
Tabela 5 - Conceitos do curso de Pedagogia nos campi da UEMA em 2011, 2014 e 2017. .	46
Tabela 6 - Distribuição percentual de estudantes da área para o Curso, para a Unidade da Federação, para a Região, para a Categoria Administrativa, para a Organização Acadêmica e para o Brasil, segundo o curso, o sexo e a cor ou raça.	47
Tabela 7 - Distribuição percentual de estudantes da área para o Curso, para a Unidade da Federação, para a Região, para a Categoria Administrativa, para a Organização Acadêmica e para o Brasil, segundo o curso e a renda.	48

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Matrículas em cursos de Graduação por grau Acadêmico- 2008 a 2018.....	26
Gráfico 2 - Número de Instituições e cursos avaliados com CPC nas edições de 2011, 2014 e 2017.....	36
Gráfico 3 - Conceito dos cursos com CPC do último triênio, 2011, 2014 e 2017.	37
Gráfico 4 - Instituições no Estado do Maranhão que ofertaram cursos de pedagogia no triênio de 2011, 2014 e 2017.....	444
Gráfico 5 - Conceitos dos cursos de Pedagogia do Maranhão em 2011, 2014 e 2017	45
Quadro 1 - Principais tópicos dos documentos sobre avaliação da educação superior	19
Quadro 2 - Composição do CPC e pesos de suas dimensões e componentes.	35
Quadro 3 - Perfil das colaboradoras da pesquisa.	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.....	16
2.1	Programas de Avaliação da Educação Superior.....	18
3	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).....	27
3.1	Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	34
3.2	Índice Geral de Cursos (IGC).....	37
4	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE).....	39
4.1	Indicador de Qualidade.....	40
4.2	Cursos de Pedagogia do Estado do Maranhão.....	43
4.3	Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão.....	45
5	O QUE OS SUJEITOS REVELAM SOBRE O ENADE.....	49
5.1	Concepções dos sujeitos sobre o ENADE.....	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE.....	60

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem como princípio norteador a educação como direito e dever do Estado e o reconhecimento dos valores sociais, sendo composto por autoavaliação das Instituições de Educação Superior (IES), realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); e de Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), realizado por uma equipe de especialistas para avaliar os cursos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O ENADE tem por objetivo avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. A avaliação por meio do ENADE, realizada a cada três anos com os estudantes com mais de 80% curso integralizado, é elaborado com questões de competências gerais, avaliando habilidades e conhecimentos que os alunos tenham desenvolvido ao longo do curso.

Já o SINAES, é um indicativo de que a avaliação institucional é constituída a partir de contestações, porque, ela não se dá num vazio conceitual (DUARTE, 2015). A finalidade da avaliação evidencia os fins da educação, o conceito de homem e o projeto de educação superior que se quer desenvolver. Assim, cada proposta de avaliação elaborada representará os valores políticos, sociais, econômicos e culturais de uma dada sociedade. Na Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), que instituiu o SINAES, está posto que o interesse é assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior. A avaliação de curso de graduação tem como objetivo identificar as condições do ensino oferecido aos estudantes e para tal considera: corpo docente, organização didático pedagógica e instalações físicas.

No documento do SINAES, a autoavaliação ou avaliação interna é considerada essencial no processo de avaliação institucional, sem ela o processo não é completo. A partir da autoavaliação, segundo a Comissão SINAES, é que um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vista à identificação de práticas exitosas, bem como à percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro (BRASIL, 2004).

Qualidade na educação está ligada ao bem-estar da comunidade escolar. A Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), que instituiu o SINAES, apresenta a qualidade como central no processo de implantação de um novo sistema de avaliação.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 20).

A concepção de qualidade vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, visto que, era concebida apenas como uma forma de acompanhamento das modificações que a educação passava. No avanço do conceito, a qualidade passa a ter uma relação maior com a sociedade em crescimento, uma vez que, o contexto da educação se vincula a valorização do desenvolvimento social e econômico.

A metodologia utilizada para este estudo conjuga aspectos qualitativos e quantitativos. A opção por esta abordagem baseia-se no entendimento de que não será a simples sofisticação metodológica em torno de dados quantitativos que transformará em dados qualitativos, o mesmo não ocorrendo no sentido inverso. De acordo com Bogdan e Biklen (2010, p. 50), “os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva [...] as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando”.

Considerando a necessária complementaridade entre as duas dimensões apontadas. O estudo parte da análise de dados quantitativos avançando para a interpretação e inferência desses mesmos dados, reconhecendo que o exame objeto não se esgota em sua quantificação.

Gradualmente o tema qualidade tem sido discutido em diferentes ambientes. A avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC), a exemplo do ENADE, tem o propósito de aferir a qualidade do ensino. No entanto, a partir do SINAES a avaliação da educação superior brasileira tem uma aproximação com o caráter sistêmico, que integra procedimentos e instrumentos diversificados, possibilitando por meio de exames promover a melhoria do ensino no país. Os resultados dessas avaliações devem ser analisados pela equipe gestora com a comunidade acadêmica, visando desenvolver ações que possam reverter os indicadores negativos apontados nos resultados das avaliações.

Desse modo, com o intuito de contribuir com a produção acadêmica e de divulgação dos resultados do indicador de qualidade a partir do ENADE, foi realizada a presente pesquisa. Destaca-se que no “contexto da globalização, o conhecimento passa a ser visto como um dos motores do crescimento econômico e a educação, sobretudo, nas instituições de ensino superior,

assume a responsabilidade da formação de indivíduos para atuação nesta nova conjuntura” (SOUZA; PEIXOTO, 2013, p. 86).

Traçou-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar os indicadores de qualidade dos cursos de Pedagogia do Estado do Maranhão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nas edições 2011, 2014 e 2017. E como específicos: Relacionar as instituições com curso de licenciatura avaliado no ENADE nas edições 2011, 2014 e 2017. Organizar dados estatísticos das três edições do ENADE dos cursos de Pedagogia do Maranhão, identificando a variação do indicador de qualidade desses cursos. Identificar ações desenvolvidas pelas gestoras do curso de Pedagogia da UEMA, em São Luís, com vistas a elevar os indicadores de qualidade do curso.

O presente trabalho, foi estruturado em capítulos, sendo o primeiro uma introdução com os elementos básicos do projeto de pesquisa desenvolvido para a construção da monografia e as considerações finais do estudo investigativo. O segundo capítulo traz um breve histórico da avaliação, e logo após, adentra aos programas de avaliação da educação superior, a fim de conhecer os objetivos e interesses desses programas, e analisar qual programa sinalizou primeiro a inserção da participação da comunidade na política de avaliação da educação superior, até a política que está sendo desenvolvida, que é o SINAES.

No terceiro capítulo, buscou-se um aprofundamento maior do SINAES, por ser a atual política de avaliação da educação superior e o objeto de estudo aqui analisado é um dos componentes da avaliação, que traz os indicadores de qualidade.

No último capítulo aprofundou-se o estudo a partir do conhecimento sobre o indicador de qualidade ENADE, que visa aferir o desempenho acadêmico dos estudantes da educação superior, para isso o recorte de pesquisa é o ENADE dos cursos de Pedagogia do Estado do Maranhão, visto que, outro recorte foi feito com o curso de Pedagogia da UEMA *campus* São Luís.

A pesquisa conta com a análise dos indicadores do conceito ENADE, que é representada por uma escala que vai de 1 a 5. Focando os cursos de Pedagogia do Estado do Maranhão, com Instituições Públicas e Privadas, nas edições da avaliação de 2011, 2014, 2017. No processo de investigação foi necessário um questionário com gestoras e professoras do curso de Pedagogia da UEMA *campus* São Luís-MA, trabalhado algumas indagações acerca do ENADE, fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, afim de saber se existe um retorno para as IES com o resultado da avaliação do ENADE.

Foi ponto de discussão as políticas de avaliação da educação superior desenvolvidas no Brasil, até chegar no SINAES, que conta com três componentes avaliativos, e recortamos o ENADE como objeto de estudo principal. Os dados recolhidos são de 17 instituições de educação superior, contando com 14 cursos de graduação, as análises feitas foram nas três edições já citadas acima. Fica perceptível que os conceitos observados e analisados revelam que as IES do Maranhão têm alcançado conceitos relevantes nos seus cursos.

2 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A educação superior passa por indiscutíveis mudanças em todo o mundo, nos locais onde ocorreram as reformas foram levados à necessidade de expansão do sistema, mudando a intensidade em cada País. Para destacar o processo de expansão das IES, serão citados fatores em nível global que permearam a expansão nesse contexto, para enfim adentrar-se ao principal objetivo que é analisar se houve uma expansão em articulação com a melhora da qualidade do ensino.

O autor Gomes (2016) descreve a expansão das Universidades durante o regime militar em momentos distintos sendo eles o período do regime civil militar 1964-1984, transição conservadora-democrática 1984-1994, neoliberal-conservador 1995-2002 e o neoliberal-popular 2003 -2014.

O período civil militar ficou caracterizado pela extinção do público e o forte caráter burocrático centralizado nas leis que tinham como ênfase o tecnicismo, o qual consistia em preparar força de trabalho com vista para o desenvolvimento. Dessa forma, de acordo com a Lei de nº5540 (BRASIL, 1968) o ensino superior público seria desvinculado da pesquisa, sendo este voltado apenas para estabelecimento privados.

No período de transição militar conservadora democrática houve uma abertura lenta no contexto inserido de diretas já, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de a expansão da educação superior ainda possuir dificuldade, o governo se propôs a lançar um grupo de avaliação do ensino superior nomeado como Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), visando desenvolver uma autonomia institucional e reformulação do mecanismo de controle.

O período neoliberal conservador foi um período crítico da educação superior, pois se refletia em uma reforma do Estado feita durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A reforma era do neoliberalismo econômico e conservador, que originou efeitos negativos no ensino dando abertura a regulação e competitividade no processo avaliativo, e dando margem para abertura do ensino privado.

O período neoliberal-popular no governo de Lula foi marcada pela execução de programas no Ensino Superior sendo ele o PROUNI, cujo objetivo era conceder bolsas parciais ou integrais para pessoas de baixa renda, além de dar continuidade ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) expandindo o número de vagas nas instituições particulares. Ainda em concordância como o autor Gomes, em 2001 houve um aumento de 39 universidades e 28 instituições não universitárias, derivando em seguida 59 universidades e 44 não universidades.

O que podemos perceber é que esse processo de expansão foi baseado na democracia e diversificação do ensino superior com vista para expansão tanto pública quanto privada.

Contudo, apesar dos períodos serem diversificados, a expansão foi lenta e gradual, com isso percebe-se que houve expansão pública em nível reduzido, seja ela por motivos econômicos ou políticos, entretanto o ensino superior particular ainda demanda maior expansão nesse contexto, conforme descrito no período militar.

A expansão das IES públicas e privadas podem ser vistas como positiva, ampliando o acesso da população a educação superior. Contudo, é importante ter um olhar crítico e sensível no que se refere a expansão dos cursos das instituições privadas, pois esse setor busca o crescimento do seu capital, vendendo serviços da área educacional.

O crescimento do ensino superior privado e de instituições públicas é resultado de um movimento de expansão, que demonstra como o capital busca valorizar-se no âmbito da educação superior.

Assim, um breve histórico da avaliação é necessário para adentramos aos programas anteriores de avaliação do ensino superior, a fim de conhecermos os objetivos e interesses desses programas, e analisar qual programa sinalizou primeiro a inserção da participação da comunidade na política de avaliação do ensino superior, até a política de hoje configurada na avaliação institucional o SINAES.

Dias Sobrinho (2002) *apud* DUARTE (2015) dominou a avaliação desde o final do século XIX e boa parte do século XX, no qual denominou de psicométrica com o objetivo de medir o desempenho no teste. Para ele o único propósito dos testes era aferir o nível de desempenho individual do estudante. No início do século XX, em 1930 houve um desenvolvimento de instrumentos de escala e classificação para medir o rendimento escolar e desempenho do aluno.

Assim, com a entrada da educação no bojo da expansão da indústria, fez-se necessário a formulação das políticas educacionais. Entretanto, a avaliação passou a assumir o caráter de apenas cumprir objetivos, visto que houve uma diferenciação no contexto avaliativo que 1960, onde a avaliação era voltada para a classificação do rendimento do aluno. Em 1970, aponta para a ampliação do seu campo avaliador e hoje no século XX, esse conceito se direciona para a articulação indireta com a organização de recursos técnicos e financeiros, voltado para a seleção e classificação.

Dias Sobrinho (2005) *apud* DUARTE (2015) trata a avaliação criticamente a partir de duas concepções de educação, na perspectiva da lógica da economia de mercado. Dessa forma, segundo ele, a educação era como um processo de análise global de dados quantitativos

e qualitativos, já a educação vista sob lógica de mercadoria era voltada para a qualidade e comparação entre instituições por meio de dados quantitativos, o autor destaca essa diferenciação de concepções em princípios ideológicos, objetivos, participação de indivíduos e complexidade.

A crítica pautada não é a inserção da educação superior no âmbito do mercado, pois origina-se efeitos negativos ao bem coletivo, mas sim os interesses de grupos políticos. Contudo, a prática de avaliação aqui vista é aquela voltada para mensuração de notas e conceitos recaindo fatores negativos que coloca, como mecanismo de seleção social, avaliação como medida ou mensuração, avaliação como superação da dimensão formativa e pedagógica, apresentado práticas padronizadas. Dias Sobrinho chama atenção quando afirma que:

[...] a avaliação ultrapassa os âmbitos restritos do campo sobre o qual atua diretamente, por exemplo, sobre indivíduos, grupos e instituições, para operar uma espécie de enquadramento ou organização seletiva da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2002 *apud* DUARTE, 2015, p. 79).

Enquanto essa prática avaliativa restringir-se a participação social dos indivíduos, podem surgir efeitos negativos na sociedade. A avaliação deve assumir um papel construtivo em busca da melhoria da qualidade do ensino. Os tipos de avaliação diferem dos modelos de mensuração de desempenho e rendimento do aluno, pois se aproxima da participação social, para uma articulação mais produtiva e coerente das políticas educacionais em consonância as instituições avaliadas.

2.1 Programas de Avaliação da Educação Superior

Os programas de avaliação da educação superior, sendo eles o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), GERES, Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), Exame Nacional de Curso (ENC) e o SINAES, serão analisados em uma seção aparte. Abaixo é apresentado no Quadro 1 uma sintetização das principais mudanças dos tipos de avaliação que ocorreram ao longo dos anos.

O PARU foi criado em 1983 no mandato de Esther de Figueiredo Ferraz, ministra da educação e cultura. O PARU possui dois objetivos, avaliar a reforma universitária e construir um diagnóstico das instituições por professores com o propósito de estabelecer ações.

O PARU se estruturou na gestão da IES, o processo de produção da disseminação do conhecimento, ensino e pesquisa em articulação entre IES e comunidade. Na avaliação foi feita apenas um relatório em um estudo com 32 instituições e 20% de professores.

Quadro 1 - Principais tópicos dos documentos sobre avaliação da educação superior.

Itens	Programas de avaliação da educação superior			
	PARU 1983	GERES 1986	PAIUB 1993	ENC
Autores	Grupo gestor (especialistas em análise de projetos, sendo alguns técnicos do MEC)	Grupo interno do MEC	Comissão Nacional de Avaliação (Representativa de entidades)	MEC
Objetivos	Diagnóstico da educação superior	Propor nova lei de educação superior	Propor sistemática de avaliação institucional	Acompanhar a qualidade do ensino superior no país.
Função/ Concepção de avaliação	Formativa	Regulação	Formativa	Gerencialista
Justificativa	Investigação sistemática da realidade	Contraponto da autonomia. Vincula financiamento	Prestação de contas por ser um bem público que atinge a sociedade	Analisar se a qualidade e a eficiência das atividades de ensino refletem a realidade.
Tipo de avaliação	Interna	Externa	Autoavaliação e avaliação externa	Avaliação Institucional
Agentes da avaliação	Comunidade acadêmica	Secretaria de educação superior para a educação pública. Mercado (para a educação privada)	Endógena e voluntária	Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais (INEP)
Unidade de análise	Instituição	Instituição	Instituição, iniciando pelo ensino de graduação	Instituição
Instrumentos	Indicadores e estudo de casos	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho	Indicadores de desempenho

Fonte: Adaptado de Barreyro e Rothen (2008, p. 148).

Portanto, a pesquisa aplicada possui um viés de diagnosticar e fazer recomendações pontuais para o relatório. O referido programa tinha como objetivo realizar estudos, debates e pesquisa. Além da coleta de dados também se busca a comparabilidade das instituições.

Desse modo, vemos a avaliação conforme a realidade das IES, e a participação da comunidade social e acadêmica no programa. Mas, houve problemas ao divulgar o programa, pois as dificuldades se avolumaram na finalização dos trabalhos. Segundo Dias Sobrinho (2003, p. 73), “o programa foi desativado, em 1984, por ter recebido insuficiente apoio político da burocracia do MEC. Em 1985 por meio de um Decreto nº 91.177 o programa deixa de existir,

passando a assumir a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior”. O PARU foi o primeiro a se preocupar com a realidade das IES por meio da avaliação e a participação da comunidade.

Em março de 1985 foi criado o Grupo Executivo para a GERES, no governo do presidente José Sarney. O presidente instituiu uma comissão com 24 membros, chamada de Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES).

O grupo foi composto por vários integrantes sendo a metade deles universitários, sindicato de trabalhadores, intelectuais comunistas, monges, docentes, etc. O propósito do documento era apresentar um diagnóstico do ensino superior, analisando suas deficiências e dificuldades a transferência de recursos públicos para melhoria da qualidade.

O relatório teve ênfase na crise do ensino superior, nos princípios da nova política proposta para uma nova universidade, recomendações e declarações de voto. De acordo com a comissão superior os problemas enfrentados pela educação superior são inúmeros, como exemplo professores mal remunerados, carência de equipamentos, laboratório e bibliotecas, deficiências na formação profissional dos alunos, descontinuidade das pesquisas, discriminação social no acesso às universidades, sistema antidemocrático de administração e escolha de quadros dirigentes, crise financeira e pedagógica do ensino privado, excesso de controles burocráticos nas universidades públicas, pouca clareza na prevaência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores.

Nesse sentido, é questionado com base na Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968), que uma mudança de Lei nessa ocasião não é garantia de qualidade, a alternativa seria a ampliação de debates e discussões acerca da problemática para surgir ideias, soluções que modifique o sistema de ensino, com base na política. Logo, é preciso que o Estado tome como princípio a responsabilidade e a participação social em parceria conjunta.

O grupo executivo propôs que o conselho articulasse com a comunidade científica, acadêmica e profissional a fim de criar seus próprios instrumentos de avaliação no acompanhamento avaliativo dos alunos.

Ainda a comissão CNRES destaca a autonomia das universidades na escolha da composição dos conteúdos curriculares da estrutura do curso, pesquisas, cursos e atividades de extensão. E o sistema de créditos ficaria a autonomia da gestão do departamento conforme cada curso e universidade. Outro aspecto colocado pelo grupo era o objetivo de elevar a oferta de ensino no 1º e 2º grau como meta de compromisso a ser executado.

Segundo a Comissão (1985), o problema da formação universitária é ter maior seriedade com a qualidade do ensino, entretanto, não se pode apenas universalizar a oferta de

matriculas no ensino, se não há um investimento acerca da formação dos professores, a fim de contribuir para a qualidade do ensino. É preciso que o financiamento do ensino ande em articulação com a formação do professor, pois os dois se somam nesse percurso de qualidade do ensino.

A CNRES teve como propósito discutir o relatório final, “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”, apresentado ao Ministro da Educação, Marcos Maciel. Como a Comissão não apresentou resultados consistentes, foi substituído pelo GERES por meio da Portaria n° 170, de março de 1986 (BRASIL, 1968).

O GERES teve seu estudo em torno de um relatório composto por introdução, sistema de educação, autonomia, avaliação, o Conselho Federal de Educação, gestão da universidade e financiamento. Outra sugestão do grupo foi que o processo avaliativo fosse desenvolvido pela Secretaria da Educação Superior (SESU), por meio de dois eixos: a avaliação de desempenho institucional e a avaliação da qualidade dos cursos oferecidos. Queiroz (2008, p. 94) destaca que o “teor racionalista e tecnológica da avaliação fez com que o Geres sofresse fortes críticas da academia, não alcançando legitimidade na sua implementação nas instituições de educação superior”.

Dessa forma, observamos que o GERES capta esse princípio de racionalização por meio da avaliação a fim de melhorar a qualidade das instituições. Não houve um consenso entre a comunidade acadêmica nas questões pautadas. Quanto a instituição está seria avaliada mediante cursos, estudantes, professores, que envolvem uma dimensão global acerca do processo avaliativo, em que cada especialista iria avaliar a área do curso, e a avaliação comparativa voltado para os alunos e os projetos também seria avaliado mediante o desempenho dos professores.

Há uma preocupação do GERES em nomear um responsável pela realização da prova, em que ela fosse conduzida pela SESU do MEC, em ênfase ao controle desempenho qualidade do curso e instituição. Dessa forma, a avaliação seria voltada para esse caráter diagnóstico do desempenho das instituições no controle de gastos.

O GERES teve essa preocupação não só com esse controle de gastos, mas também em aumentar a confiabilidade e legitimidade por meio do programa para a reformulação de políticas públicas, sendo esse último em destaque para o longo período de estudos. O Grupo teve um caráter de ranquear, por isso perdeu apoio sendo logo substituindo por outro programa.

Em 1993 foi criado o PAIUB, sendo o primeiro programa a ter como objetivo a participação social e a autoavaliação como sendo uma das etapas no processo avaliativo.

O programa estabeleceu uma relação direta com a instituição e comunidade no processo de disseminação do conhecimento. Embora tenha durado pouco tempo, o programa trouxe essa cultura da avaliação, no qual promoveu mudanças significativas a universidades brasileira. O Programa foi criado por meio da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em que propôs um programa de avaliação que avaliasse as universidades públicas, sendo composto pela comunidade acadêmica de todas as universidades brasileiras.

Com base nisso, os princípios do programa são a globalidade, comparabilidade, respeito a identidade institucional e adesão voluntária. Ou seja, avaliação iria desde o ensino à infraestrutura física das universidades, englobando o seu todo e suas partes.

O programa estabeleceu suas faces centrais em que: 1) avaliação interna, 2) avaliação externa, 3) reavaliação dos resultados anteriores para a reformulação para a melhoria do ensino. Destaca-se um fragmento do texto da autora a seguir que explicita as exigências postas:

[...] uma tripla exigência da universidade contemporânea um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmica, uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária e um processo sistemático de prestação de contas à sociedade (DUARTE, 2015, p. 99).

A avaliação é um instrumento ritmado pela união, em que os órgãos centrais estabelecem, por meio de uma agenda, estratégias para o aperfeiçoamento da oferta do ensino oferecido, essas estratégias são executadas mediante a gestão do ensino, em articulação direta com o Estado. O PAIUB teve aceitação das universidades, uma vez que foi elaborado com a participação da comunidade acadêmica, mas não durou por muito tempo, o MEC assumiu, mas logo em seguida não dispunha de recursos financeiros para a realização da avaliação, como previsto no programa. Sendo interrompido o processo de implantação em 1995 pelo MEC e mais uma vez, inicia-se outro programa de avaliação do ensino superior, agora chamado de ENC em 1995.

O ENC mais conhecido como “provão”, foi criado em 1995 no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Ministro da Educação Paulo Renato Sousa no primeiro mandato do presidente da República entre o período de 1995 à 1998. O ENC se originou em uma reforma de caráter gerencialista com vista para um estado forte e eficiente, no processo avaliativo do ensino superior.

O processo teve início em 1995 com a Lei nº 9.131 (BRASIL, 1995), que estabeleceu o ENC, a ser aplicado a todos os estudantes concluintes de campos de conhecimento

pré-definidos. Leis subsequentes incluíram no sistema o Censo de Educação Superior e a Avaliação das Condições de Ensino (ACE), por meio de visitas de comissões externas às instituições de ensino, mas o ENC, popularmente conhecido como provão, permaneceu no centro desse sistema. Ainda que inicialmente boicotado em muitos *campus*, esse exame tornou-se parte da cultura da educação superior no Brasil. Apesar do seu crescimento (de 3 áreas de conhecimento testadas em 1995 para 26 em 2003) e da sua larga aceitação pela sociedade em geral, o provão 1 foi veementemente criticado por muitos membros da comunidade acadêmica e especialistas em avaliação (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006)

O ENC era realizado mediante um questionário sobre as condições socioeconômicas dos concluintes e suas opiniões sobre as condições do ensino do curso, sendo feita mediante a análise de ensino, e a avaliação das condições de oferta das instituições de ensino superior. Todavia, o processo de avaliação dos alunos se desarticulou a partir do momento em que os resultados divulgados na mídia e imprensa passaram a ser motivos de rankings entre as instituições e estímulo a concorrência.

O ENC foi criticado pelo fato de apenas se importar com o resultado em si, e não com o processo enquanto resultado, destacando assim que esse caráter perpetuou a classificação das instituições melhores e piores, e a acirrada concorrência entre as instituições. Desse modo, destaca-se que a grande diferença entre o PAIUB e ENC é o caráter emancipatório participativo, pois, respectivamente, um se relaciona pela dinâmica com a sociedade e instituição no processo avaliativo, e a outra voltada para o resultado enquanto produtividade e eficiência do desempenho dos alunos, ditada pelo Estado avaliador.

O foco do ENC está voltado para o curso avaliado, visando o processo de classificação e regulação das IES, e fiscalização do ensino das instituições a fim de proporcionar a eficiência com resultados voltados para a melhor qualidade no interior do ensino.

Nesse contexto foi criada a Secretaria de Avaliação e Informação (SEDIE), com o papel de planejar, orientar e coordenar o processo da avaliação por meio dos parâmetros e indicadores das políticas educacionais. Mas em 1997 essa função foi transferida para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), passando a organizar as estruturas e informações educacionais.

Nesse período, o Estado tinha como objetivo resgatar o progresso social nos moldes de uma administração eficiente nas políticas educacionais e sociais, no entanto a avaliação estaria vinculada ao caráter regulatório e classificatório, com o principal agravante que a avaliação seria tratada como um instrumento mercadológico dos resultados dos alunos, não se importando com os aspectos qualitativos que cada aluno possui (seu ritmo de

aprendizagem), esse foi sem dúvida a principal crítica do ENC em que apenas se preocupava com resultados, e supressão da participação da sociedade no processo avaliativo.

Portanto, de acordo com o decreto nº 3.860 (BRASIL, 2001), avaliação era conduzida pelo INEP que tinha como finalidade o credenciamento e reconhecimento institucional das instituições no reconhecimento e renovação dos cursos. Para tanto, o ENC determinava que todos os cursos fossem avaliados por meio dos resultados da prova e a visita *in loco* dos especialistas para verificação de condições de infraestrutura e aspectos administrativos e pedagógicos. Sendo assim a avaliação do MEC foi baseada no controle e hierarquização.

Contudo, o processo avaliativo do ENC se caracterizou na percepção autoritária, sem a participação da sociedade, ou seja, pautou-se na concepção do caráter regulatório e eficiente da administração, voltado para o atendimento dos interesses econômicos políticos. O ENC teve duração de oito anos, realizado no período de 1996-2003, sendo substituído pelo SINAES, com vista para a pluralidade de cada instituição.

O Censo da Educação Superior é um instrumento independente que carrega grande potencial informativo, podendo trazer elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, para o Estado e para a população em geral. Por isso, é desejável que os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis ao entendimento da instituição e do sistema. Os dados do Censo também fazem parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior.

De acordo com as orientações do INEP e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), também são levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e de seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação nos processos internos e externos, formarão a base para a orientar de forma permanente os pais, alunos e a sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

De acordo com o senso da educação superior, em 2018, a organização acadêmica consta com: Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica. O número de Instituições chega a 2.537, com 8.450.755 de matrículas, sendo metade destas em Universidades, totalizando 52,9% das matrículas, embora sejam apenas 199 Universidades (públicas e privadas), ou seja, o maior número de

matrículas ocorre no menor número de instituições (Universidades), conforme apresenta a Tabela 1.

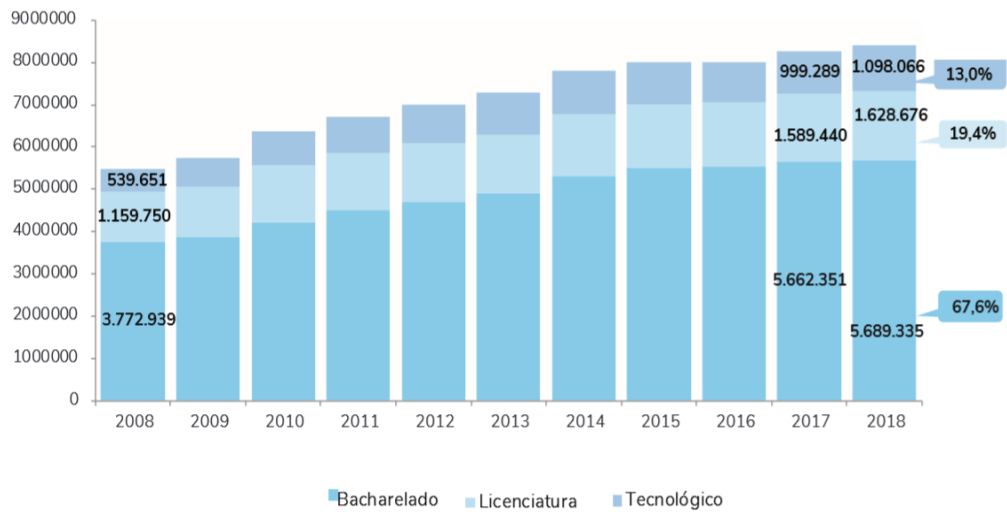
Tabela 1 - Instituições de Educação Superior e matrículas em curso de graduação

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	INSTITUIÇÕES		MATRÍCULAS	
	TOTAL	%	TOTAL	%
Total	2.537	100,0	8.450.755	100,0
Universidades	199	7,8	4.467.694	52,9
Centros Universitários	230	9,1	1.906.327	22,6
Faculdades	2.068	81,5	1.879.228	22,2
IFs e Cefets	40	1,6	197.506	2,3

Fonte: BRASIL (2018).

Estes dados afirmam que a maior concentração das matrículas não estão nas faculdades, especialmente as privadas, como muitos pensam, equivocadamente. O maior número de IES são as faculdades privadas, que correspondem a 81,5% das IES existentes no Brasil.

Para iniciar a oferta de um curso de graduação, a IES depende de autorização do MEC, se for federal ou privada. A exceção são as IES estaduais ou municipais que são reguladas pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) ou os Conselhos Municipais de Educação (CME). A instituição deve informar ao MEC, se for federal ou privada, a solicitação de abertura de cursos novos para fins de criação, autorização de funcionamento, supervisão e avaliação para posterior reconhecimento (BRASIL, 2006).

Gráfico 1- Matrículas em cursos de Graduação por grau Acadêmico- 2008 a 2018.

Fonte: BRASIL (2018).

Os dados expostos no Gráfico 1 mostram a divisão no número de matrículas por grau acadêmico, sendo: Licenciatura, Bacharelado e Tecnológico. Os cursos de Bacharelados tiveram um aumento de 67,6%, as Licenciaturas de 19,4% e os Tecnológicos de 13,0% no aumento das matrículas em um espaço de 10 anos. Os cursos de Bacharelados mantêm o predomínio na Educação Superior Brasileira. Educação Superior Brasileira se constitui de diversas políticas de avaliação, desde o PARU em 1983 até o atual SINAES. O próximo tópico será discutido sobre o atual Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861 (BRASIL, 2004).

3 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

O SINAES foi instituído no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 14 de abril de 2004, pela Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004). O SINAES foi constituído pela Comissão Especial de Avaliação (CEA), após estudos e muitas discussões com professores que possuíam experiências anteriores sobre avaliação.

O objetivo da CEA era analisar de forma crítica os instrumentos utilizados no processo de avaliação, e oferecer subsídios para revisão de políticas e metodologias a serem melhores reformulados. Depois de vários estudos e discussões com a sociedade, a proposta fundamental era articular os instrumentos de avaliação da educação superior em avaliações institucionais internas e externas, de cursos e de estudantes. O SINAES tem como objetivo descrito na lei:

[...] tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito a diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

Cabe uma observação importante de distinção entre a política de avaliação existente e a avaliação instituída pelo SINAES. Qual seja, o ENC nasceu dentro do gabinete do Ministro da Educação, Paulo Renato, não tendo espaço para ouvir a comunidade acadêmica das universidades, permitindo assim, grande resistência dos estudantes a época. Já o SINAES passou por longos debates, seminários e consultas públicas sobre como seria a melhor forma de instituir uma nova política de avaliação da educação superior no Brasil. Além disso, o ENC tem seu foco no caráter regulatório da qualidade e o SINAES preocupa-se com o caráter social, em que busca inserir a participação acadêmica e social no processo de avaliação, instituindo a autoavaliação nas IES.

O processo de avaliação, é articulado em consonância com estados, união e municípios conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, no seu artigo 9º inciso VI, que explicita:

[...] a responsabilidade da união em assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior do ensino em colaboração com o sistema de ensino, objetivando a definição e a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 1996, p. 10).

A Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), cria a CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES. A CONAES possui as seguintes atribuições:

- I. Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II. Estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III. Formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV. Articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V. Submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE;
- VI. Elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII. Realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

O processo avaliativo almeja a melhoria da qualidade da educação superior, a partir de reformulação na transmissão de conhecimento mais democrática e menos excludente, assim é importante dar autonomia as instituições na elaboração do projeto acadêmico, com base nos valores e princípios, colaborando para elevar a qualidade.

A avaliação recai em algumas situações como: a regulação das instituições, avaliação e credenciamento. A avaliação das instituições envolve estudantes, professores e funcionários. Os princípios do SINAES, a saber:

- i) Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- ii) Reconhecimento da diversidade do sistema;
- iii) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- iv) A globalidade institucional pela utilização de um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica;
- v) A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto

Segundo Gomes (2016), a expansão de programas no ensino superior no governo de Luiz Inácio Lula da Silva obteve impacto direto na expansão do setor privado, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela MP nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Em cada IES, de acordo com seu porte e estrutura, as dimensões do SINAES devem ser utilizadas como referencial para a análise crítica da qualidade da atuação acadêmica e social, com vistas ao cumprimento da:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidade;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
9. Políticas de atendimento aos estudantes;
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A avaliação do SINAES está ligada a três momentos, sendo estes a avaliação institucional que visa autoavaliação *in loco* realizada pela CPA, mediante indicadores do INEP, avaliação de curso de graduação e dos estudantes da educação superior, destinada a estudantes e professores, e avaliação do desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes, realizada pelo ENADE.

A autoavaliação conduzida pela CPA, estabelece que cada instituição realize a autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de mecanismos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. Esta articula um estudo reflexivo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo.

O relatório de autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos constantes no roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico. Esses aspectos devem guiar o processo de avaliação e identificação dos meios e recursos necessários para a melhoria da IES, bem como uma análise de acertos e equívocos do próprio processo de avaliação. A autoavaliação é o principal indicador, pois proporciona a cada instituição um olhar criterioso acerca do ensino ofertado aos estudantes. Dessa forma, percebe-se que ela desempenha um papel norteador e essencial no processo avaliativo. Já a avaliação dos cursos volta-se para análise dos indicadores de qualidade, seja ele do ensino, gestão ou infraestrutura física.

O ENADE, tem a finalidade de aferir habilidades e competências profissionais adquiridas durante a trajetória do discente no curso, tendo destaque para a competência de realizar tarefas profissionais, conhecimentos e atitudes. Dias Sobrinho (2005 *apud* DUARTE, 2015, p. 77), trata a avaliação criticamente a partir de duas concepções de educação, uma na perspectiva pública e a outra na lógica da economia de mercado.

Dessa forma, segundo Dias Sobrinho (2005), a qualidade da educação era orientada por dados quantitativos e comparação entre instituições. A crítica pautada não é a inserção da educação superior no âmbito do mercado, pois origina efeitos negativos ao bem coletivo e favorece interesses de grupos políticos. Contudo, a prática de avaliação vista, é aquela voltada para mensuração de notas e conceitos. Para Dias Sobrinho (2002 *apud* DUARTE, 2015 p. 79) a “[...] avaliação ultrapassa os âmbitos restritos do campo sobre o qual atua diretamente, por exemplo, sobre indivíduos, grupos e instituições, para operar uma espécie de enquadramento ou organização seletiva da sociedade”.

Enquanto essa prática avaliativa restringir a participação social dos indivíduos, podem surgir efeitos negativos aos estudantes. A avaliação deve assumir um papel construtivo em busca da melhoria do ensino. Percebe-se que, a avaliação democrática difere dos modelos de medir desempenho do estudante, pois se aproxima da participação social para uma articulação com as políticas educacionais e instituições.

Portanto, a avaliação deve caminhar com a qualidade, com a finalidade de direcionar os indicadores para transformação do ensino ofertado nas IES. Nesse sentido, Burlamaqui (2008 *apud* Batista, 2016 p. 116) pontua o termo qualidade como: “[...] polissêmico e relativo, suscitando, destarte, dicotomias como qualitativo/quantitativo, produtos e processos, além da discussão eficiência e eficácia”.

Entretanto, a escala que mede a qualidade do ensino superior, não deve ser algo inerte, mas sim, servir de auxílio no percurso avaliativo para transformação na instituição, assim, qualidade do ensino, não é apenas atingir um conceito regular, mas é ter clareza que a instituição atende aos requisitos de gestão, ensino, e infraestrutura, conforme as necessidades dos estudantes e as características plurais.

A avaliação está descrita em diferentes faces de acordo com a realidade social e econômica, mas ainda observamos com base nas leituras, que o SINAES não é um sistema avaliativo final, sendo que, pode surgir outra concepção avaliativa com uma outra finalidade. É importante que o sistema não perca de vista seus objetivos e princípios fundamentais, para não cair no desuso da lei.

O SINAES de 14 de abril de 2004 tem princípios que norteiam o atual sistema de avaliação, os quais são: educação como direito parcial e dever do Estado e reconhecimento dos valores sociais. O SINAES possui três estruturas: avaliação das IES, que corresponde ao desenvolvimento da ACG, realizado por uma equipe de especialistas para avaliar cursos de áreas afins, buscando certificar as condições de ensino e avaliando o desempenho dos estudantes.

A avaliação compreende a realidade em sua complexidade, entendendo todos os seus aspectos e proporções. Em 2004 houve uma proposta de avaliação feita pela CEA, possuía o subtítulo: “Bases para uma proposta de avaliação da educação superior”, uma base para o sistema que conhecemos hoje como SINAES. O SINAES tem como proposta um conjunto de princípios que norteiam o atual sistema de avaliação, os quais são: educação como dever do Estado; reconhecimento dos valores sociais; aspectos da regulação e controle; preocupação com a prática social e com objetivos educativos. O SINAES prima pelo objetivo conforme descrito na lei:

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito a diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL 2004).

A avaliação é um processo fundamental para alcance da qualidade, pois enquanto instrumento avaliativo, dá margem para suprimimento de ações negativas. Nesse sentido, é importante destacar que a avaliação é via de transformação do processo formativo dos estudantes. A avaliação é um instrumento fundamental da reforma do estado. Nenhum estado moderno desenvolvido pode abrir mão da avaliação (CNE, 2000 *apud* DIAS SOBRINHO, 2003, p. 97). Assim, destaca-se o PAIUB, um programa anterior ao SINAES, voltado para a participação social e democrática no processo avaliativo, que se aproxima do SINAES com princípios semelhantes. Logo, a avaliação é vista como:

[...]centralidade nas transformações em geral, e de modo particular nas mudanças da educação. Por sua vez, os processos de transformação da educação, especialmente a superior, também tem centralidade na modernização do estado e da economia. Não há nenhum estado moderno que abra mão das reformas, não há nenhuma reforma, importante do estado que não tenha como fundamental a transformação da educação superior, não há reforma consistente da educação superior que não tenha em seu centro a avaliação. Um modelo de avaliação coloca-se a serviço da configuração de um pretendido modelo de educação. Que em outras palavras, desenvolve instrumentos adequados imposição de seus interesses e das mudanças de formas e conteúdos

sociais, ainda que o novo produzido muitas vezes seja conservador e regulador (DIAS SOBRINHO, 2003 p. 98- 99).

Cabe ressaltar, que a avaliação na educação superior serve não apenas para avaliar as condições de ensino, mas se volta para outros fatores importantes a serem melhores estruturados, como gestão, qualificação dos professores, formação dos estudantes e o acesso ao ensino. A avaliação, por sua vez, passa a desempenhar duas lógicas, a lógica de interesses do mercado e a lógica dos interesses da sociedade. Como Dias Sobrinho (2003 p. 109) destaca:

De um lado, a ideologia da universidade para o mercado, uma organização em função da economia. De acordo, com este paradigma, a avaliação se materializa como instrumento de controle sobre os indivíduos, as instituições e o sistema opera, como se fossem valores primordiais, a eficiência, o lucro, a produção, a competitividade, a operacionalização, a racionalidade instrumental.

Desse modo, as universidades devem ser autônomas na construção dos processos avaliativos, a fim de detectar onde a instituição poderia melhorar em alguns aspectos e colaborar com os estudantes. Assim, a autoavaliação na IES deve ser precisa e articular com a qualidade de modo democrático e ético, pois os sujeitos devem olhar a avaliação como instrumento em permanente ciclo avaliativo e não um fim único de classificação, competição e comparação.

O SINAES, conjuga tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Contudo, a avaliação na educação superior é descrita em volta da participação de todos da IES e a construção de instrumentos de autoavaliação a fim de compreender o caminho que a instituição está seguindo para atingir as metas. É por isso que, a avaliação não pode ser pensada com viés mercadológico, que atende os interesses políticos entorno de fatores de expansão privada, diminuição de gastos financeiros e transferência de responsabilidades. Ou seja, a universidade e demais instituições devem ser pensadas como instituições para a sociedade. A avaliação nesse sentido:

[...] deve ser democrática e ética. A educação é um bem público, que deve servir a toda a sociedade. Para muito além do controle, a avaliação deve buscar expandir sua função essencialmente educativa, formativa, pedagógica, proativa e construtiva. Em outras palavras, a avaliação deve colocar como foco central de suas preocupações a questão fundamental do sentido social de uma instituição. Deve basicamente perguntar sobre os significados sociais dos trabalhos produzidos e extensão, ou seja, interrogar sobre os efeitos sociais dos trabalhos produzidos e dos serviços oferecidos (DIAS SOBRINHO, 2003 p. 109-110).

É essencial que a IES se coloque em uma posição crítica e criadora dos seus próprios instrumentos e hipóteses construtivas, para que sirva para um direcionamento rumo a uma formação educativa melhor, permeada de objetivos e princípios, ligados a questão ética,

cidadã, e formação profissional. Logo a avaliação deve indagar se a instituição está formando profissionais ética e tecnicamente competentes não apenas para urgências imediatas, mas também se este tem bem desenvolvido a capacidade de continuar aprendendo (DIAS SOBRINHO, 2003 p. 112).

Desse modo, pensar na avaliação democrática, é colocar em permanente ciclo avaliativo, onde avaliam a globalidade das dimensões, levando em conta que, a avaliação serve não apenas para contabilizar notas de qualidade e alargar a demanda profissional, mas serve também para ajudar a instituição a ser melhor e desempenhar suas funções formativas com mais qualidade.

Portanto a avaliação do SINAES é democrática porque viabiliza dois momentos que verifica as dimensões formativas, e induz a reflexão e estudos para as IES e estado, para obtenção do êxito na oferta do ensino de qualidade. Em outra linha, ressalta-se os princípios de globalidade e respeito a identidade institucional, onde para o SINAES (2009) é essencial que a avaliação respeite a identidade da instituição e que articule seus princípios e objetivos, mediante a avaliação. Como ressalta o SINAES (2009, p. 98) acerca do respeito a identidade:

A avaliação da educação superior deve ter uma concepção tal que atenda ao critério da diversidade institucional; deve contribuir para a construção de uma política e de uma ética de educação superior em que sejam respeitados o pluralismo, a alteridade, as diferenças institucionais, mas também o espírito de solidariedade e de cooperação. Cada instituição tem sua história e constrói concretamente suas formas e conteúdos próprios que devem ser respeitados. No desenho da regulação e da avaliação, cada instituição deveria submeter-se ao cumprimento das normas oficiais e aos critérios, indicadores e procedimentos gerais, porém, ao mesmo tempo, exercitar sua liberdade para desenvolver, no que for possível e desejável, processos avaliativos que também correspondam a objetivos e necessidades específicos. Além disso, a avaliação deve servir de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada instituição em particular.

Antes da avaliação, a identidade institucional já é construída com os sujeitos das IES, nesse sentido, cabe a avaliação respeitar a história e outros fatores, mas, ao mesmo tempo a IES se compromete na avaliação.

Na última proposta do SINAES, o ENADE tem por objetivo avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Contudo, o ENADE não é o único indicador que mede a qualidade do ensino ofertado, possuindo outros indicadores como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) que avalia as instituições do ensino superior *in loco*, acerca da infraestrutura do curso, corpo docente, gestão pedagógica, servindo de base para o avaliador quanto ao ensino ofertado pelo IES. Outro componente é o Índice de Desempenho Esperado e Observado (IDD), que tem por finalidade

estabelecer uma diferença entre o desempenho médio do ingressante e concluinte. É o IGC que avalia os cursos das Instituições.

As IES são avaliadas de modo que, não importa se os resultados anteriores forem regulares, esses resultados não irão influenciar no processo avaliativo, caso ela venha ter resultados insatisfatórios. A cada edição do ENADE, despachos e notas técnicas impõem punições ao estrato inferior dos *rankings* oficiais, compostos por cursos e IES com conceito 1 e 2 (BRASIL/SERES, 2015 *apud* SOUSA; FERNANES, 2016, p. 195).

Nesse sentido, consta que, quando IES atinge um resultado abaixo do esperado são emitidas algumas ações de compromissos a serem melhores ajustados, para que a IES não perca a respectiva renovação e caia no descredenciamento.

Percebe-se que, houve um redirecionamento dos indicadores na avaliação, como o ENADE que passou a desempenhar a responsabilidade central com base nos resultados, para regulação e manutenção das políticas públicas. A função do MEC é garantir a qualidade da educação, através do ENADE que por consequência subsidia o MEC nas atividades de regulação, credenciamento e credenciamento das universidades, centros universitários e faculdades na autorização e reconhecimento de cursos.

Quanto ao CPC, observou-se a dispensa de avaliadores x a centralidade do ENADE. Como observa-se:

[...] com a possibilidade de “dispensa” da avaliação *in loco*, nos casos de renovação de reconhecimento de cursos, o que ratifica a percepção da estrutura insuficiente do INEP, em face ao tamanho do sistema da educação superior brasileira, para executar o processo avaliativo definido pelo SINAES. [...] o ENADE na composição do CPC é gerado a partir dos indicadores do questionário socioeconômico do ENADE e cadastro da Educação Superior e os resultados do desempenho dos estudantes (ARAUJO; BENINI; BEZERRA, 2016, p. 166).

Dias Sobrinho (2008 *apud* Araújo, 2016 p.173) ratifica que as ações do Estado têm promovido o desmonte do SINAES, reduzindo a índices e permitindo o retorno de *rankings*. Portanto, é evidente que o SINAES, por mais que tenha princípios transformadores e éticos, ainda precisa ser revisado em alguns objetivos, para que possa ter sentido quanto a Lei descrita do sistema.

3.1 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O atual cálculo do CPC é agrupado em quatro dimensões que se destinam a avaliar o curso de graduação: desempenho dos estudantes, valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso, corpo docente e condições oferecidas para o desenvolvimento do processo

formativo como mostrado no Quadro 2 abaixo. Para o INEP, “o [...] propósito do CPC é agrupar diferentes medidas da qualidade do curso, entendidas como medidas imperfeitas da contribuição do curso para a formação dos estudantes, em uma única medida com menor erro” (BRASIL, 2013, p. 14).

A metodologia empregada no cálculo do CPC sofreu algumas modificações desde a sua primeira configuração em 2007, tanto em relação aos componentes que o integram, como em relação aos pesos de cada insumo para a composição da nota final.

Quadro 2 - Composição do CPC e pesos de suas dimensões e componentes.

DIMENSÃO	COMPONENTES	PESOS	
Desempenho dos estudantes	Nota dos concluintes do ENADE (INC)	20%	
Valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso	Nota do indicador de diferença entre os desempenhos Observado e Esperado (NIDD)	35,0%	
Corpo Docente	Nota de Proporção de Mestres (NM)	7,5%	30,0%
	Nota de Proporção de Doutores (ND)	15,0%	
	Nota de Regime de Trabalho (NR)	7,5%	
Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo	Nota referente à organização didático Pedagógica (NO)	7,5%	15,0%
	Nota referente à infraestrutura e instalações físicas	5,0%	
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,5%	

Fonte: Adaptado de INEP (2007).

A metodologia empregada no cálculo do CPC sofreu algumas modificações desde a sua primeira configuração em 2007, tanto em relação aos componentes que o integram, como em relação aos pesos de cada insumo para a composição da nota final.

Para que um curso tenha o CPC calculado é necessário que ele possua no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do ENADE, os cursos que não atendem esse critério ficam na condição de Sem Conceito (SC). São atribuídos conceitos de 1 a 5 aos cursos de graduação, e aqueles que obtiverem CPC 1 e 2 devem necessariamente receber visitas para avaliação *in loco*, a partir das quais receberão um novo conceito.

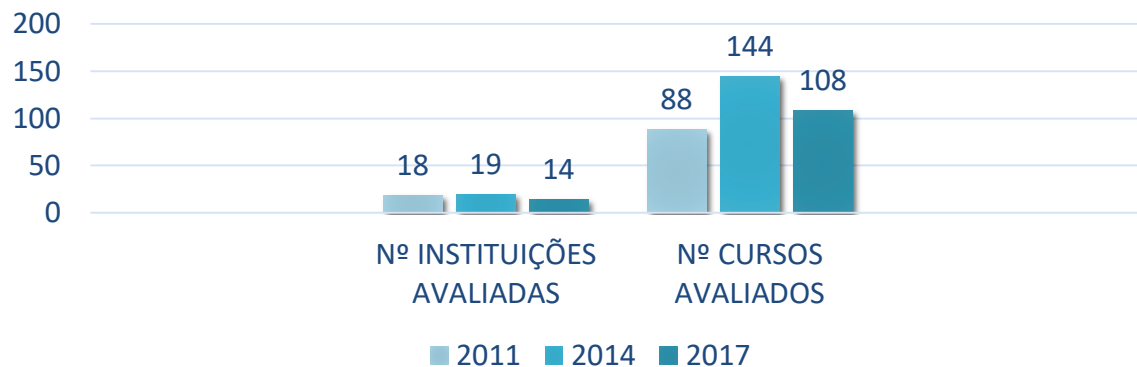
“De fato, a questão da necessidade de avaliação por meio de visitas presenciais, prevista no SINAES desde 2004, tornou-se um dilema para todo o processo de avaliação da educação superior, se considerada a grande expansão do segmento ocorrida no Brasil” (IKUTA,

2016, p. 147). O Conceito de Curso (CC), pode ser o mesmo, maior ou menor que o CPC, portanto cursos que obtiverem CPC 3, 4 e 5 ficam dispensados da visita presenciais e o seu CC para a ser o mesmo que o CPC previamente atribuído.

O SINAES determina que as instituições de ensino superior devem receber visitas obrigatórias com a finalidade de avaliação: ‘§ 1o A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento’ (BRASIL, 2004, p. 148.)

Esse indicador é calculado anualmente, no ano seguinte a realização do ENADE de cada área, somente para alguns cursos superiores (por Unidade de Observação), pois toma como base os mesmos cursos escolhidos para a avaliação do ENADE até mesmo por depender diretamente de seus resultados para a composição do conceito. A primeira Nota Técnica formalizando as diretrizes para a aplicação do CPC na avaliação dos cursos superiores foi divulgada em 2008, pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES) do INEP, referente aos indicadores calculados, pela primeira vez, em 2007 (BRASIL, 2014). No Gráfico 2 baixo estão os cursos de licenciatura e os conceitos avaliados nas edições de 2011, 2014 e 2017.

Gráfico 2 - Número de Instituições e cursos avaliados com CPC - 2011, 2014 e 2017.



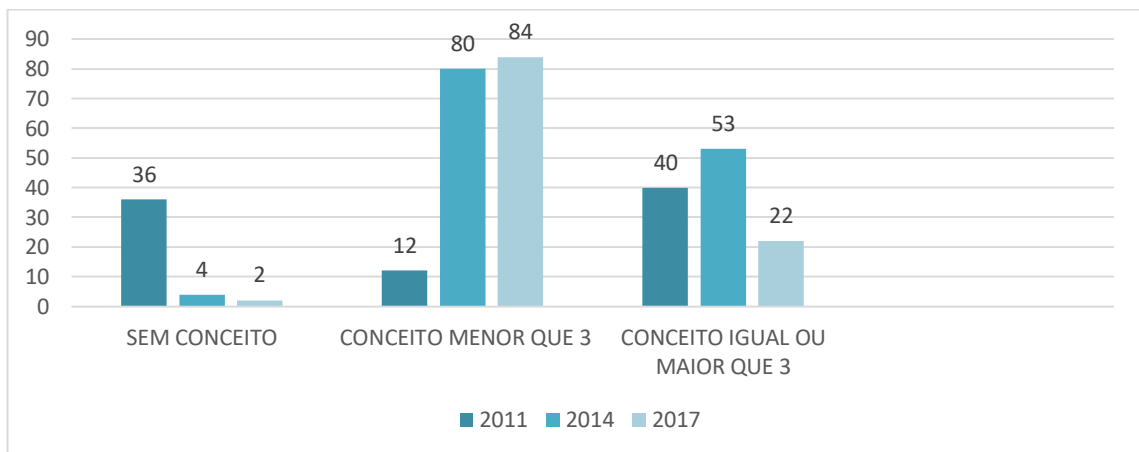
Fonte: Adaptado de INEP (2019).

O gráfico acima mostra o número de Instituições e cursos avaliados no CPC referente ao triênio que corresponde aos anos 2011, 2014 e 2017. A diferença de instituições avaliadas é pequena em relação aos dois primeiros anos, foi acrescentada apenas mais uma instituição, já do ano de 2014 para o de 2017, saíram cinco instituições avaliadas. O número de

curso avaliados nesses três anos teve oscilações, o ano com maior número de cursos avaliados foi em 2014, e o ano com menor número foi em 2011.

O gráfico 3 demonstra os conceitos dos cursos avaliados nos três anos referentes. O ano que mais obteve cursos considerados sem conceito foi o ano de 2011. O ano de 2014 e 2017 obtiveram números significativos de cursos que ficaram abaixo do conceito considerado satisfatório que são os conceitos 1 e 2. 2014 foi o ano com melhores conceitos, com 53 cursos avaliados com conceito igual ou maior que 3, considerado de acordo com os indicadores de qualidade do SINAES um conceito satisfatório.

Gráfico 3 - Conceito dos cursos com CPC do último triênio, 2011, 2014 e 2017



Fonte: Adaptado de INEP (2019).

3.2 Índice Geral de curso (IGC)

Instituído pela portaria normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008, o Índice Geral de Curso (IGC) é calculado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média dos CPC do último triênio relativos aos cursos avaliados da instituição, média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação. Para que uma IES tenha o IGC calculado é preciso que tenha sido possível calcular o CPC do triênio do ano avaliado dos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado).

A divulgação dos resultados do IGC gerou grande repercussão, ao ranquear e fazer promoção das instituições. De 2009 a 2016 apenas as instituições públicas eram avaliadas, justamente por atender as exigências instituídas pelo caráter regulatório da avaliação. Em 2017 a expansão dessas instituições privadas foi perceptível, visto que elas deveriam atender os

critérios avaliativos tendo em vista as políticas de financiamento (Tabela 2). No ano de 2017 foram avaliadas 32 Instituições do Estado do Maranhão, os conceitos avaliados são em sua maioria conceitos 3, considerados satisfatório, porém só indica que as instituições não estão se responsabilizando com a qualidade de seus cursos e instituições, mas apenas em fazer *marketing* com seus indicadores.

Tabela 2 - Instituições e seus respectivos conceitos do IGC de 2017.

INSTITUIÇÕES	CONCEITOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	4
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	3
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	3
UNIVERSIDADE DO CEUMA – UNICEUMA	3
FACULDADE SANTA TEREZINHA	3
FACULDADE PITÁGORAS DO MARANHÃO	3
FACULDADE LABORO	3
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO	3
FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS	3
FACULDADE DE IMPERATRIZ WYDEN	3
FACULDADE PITÁGORAS DE IMPERATRIZ	3
UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO	3
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO	3
FACULDADE DO VALE DO ITAPECURÚ	3
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO	3
FACULDADE DO MARANHÃO	3
FACULDADE EVANGÉLICA DO MEIO NORTE	3
FACULDADE DE EDUCAÇÃO SANTA TEREZINHA	3
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO SUL DO MARANHÃO	3
FACULDADE DO ESTADO DO MARANHÃO	2
FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA	3
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLO	3
FACULDADE MARANHENSE SÃO JOSÉ DOS COCAIS	2
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE BACABAL – FEBAC	3
INSTITUTO MARANHENSE DE ENSINO E CULTURA	2
INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR	3
FACULDADE DE BALSAS	3
FACULDADE PITÁGORAS DE SÃO LUIZ	3
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	3
FACULDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS AVANÇADOS	4
FACULDADE INTERNACIONAL DE SÃO LUÍS	4
FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE SÃO LUÍS	2

Fonte: Construção do (as) autor (as) com base nos dados do INEP de 2017.

Os indicadores de qualidade como o CPC e o IGC propostos pelo SINAES, revelam conceitos de instituições públicas e privadas que deveriam ter como seu objetivo principal, a busca de qualidade.

4 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDADES (ENADE)

O conceito de qualidade não é estático, os dicionários trazem sua definição como um conjunto de atributos e condições de um objeto, capaz de diferencia-los de outros, classificando como melhor, igual ou pior, tornando a qualidade como referência padrão, com uma ideia de comparação, podendo afirmar se um objeto tem qualidade ele é melhor que outros. A qualidade na educação nos permite uma variedade de interpretações dependendo do contexto e do que o sistema educacional pode possibilitar à sociedade.

Uma educação de qualidade pode ser aquela que cumpre com excelência os objetivos propostos nos documentos curriculares, àquela que serve da melhor forma ao sistema produtivo, ou aquele que gera um compromisso de transformação da realidade social. A educação exige participação pois “[...] precisa de anos de estudo, de currículo, de prédios e de equipamentos, mas sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente participativo, sobretudo de alunos construtivos/participativos” (DEMO, 2001, p. 21).

O sistema de avaliação do ENADE se constitui com referência que permite a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte das autoridades educacionais, dirigentes e professores. São utilizados instrumentos padronizados, nessa concepção, a qualidade é avaliada por meio de exames. Nesses termos o sistema de avaliação utilizado pelo ENADE se resume ao alcance de objetivos que são quantitativos, que não dão conta da complexidade do processo de aprendizagem.

Esse conceito de qualidade é bem mais abrangente, e como o ENADE é uma Política Nacional, ela gera informações para outras políticas na tomada de decisões destas a níveis nacionais, estaduais e locais.

A educação superior brasileira, influenciada por padrões que foram introduzidos com o surgimento da sociedade do conhecimento, traz a avaliação como um meio de saber se os objetivos de qualidade foram atingidos ou não de forma parcial ou integral. Avaliar é medir, analisar, comparar. Belloni (2003, p.15) entende a avaliação como:

[...] um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender de uma forma contextualizada todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento.

A proposta fundamental do SINAES era articular os instrumentos de avaliação da educação superior em avaliação institucional, avaliação do curso e avaliação do desempenho

dos estudantes. A última proposta do SINAES, o ENADE, tem por objetivo avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

As provas do ENADE são elaboradas com 10 questões de conhecimentos gerais e 30 questões específicas, de acordo com o perfil de cada área do conhecimento, pretendendo contemplar diferentes graus de dificuldade. Além de um questionário socioeconômico que tem como objetivo identificar o perfil dos estudantes, e um questionário para o coordenador do curso.

Até 2014, o Conceito ENADE era calculado para cada Unidade de Observação composta pelo conjunto de cursos que integra cada área de avaliação do ENADE, de uma Instituição de Educação Superior (IES) em um município. A partir de 2015, o Conceito ENADE foi calculado para cada Curso de Graduação avaliado, elencadas no artigo 1º da Portaria Normativa do MEC no dia 8 de 26 de abril de 2017 (BRASIL, 2017).

O ENADE avalia o desempenho dos estudantes com objetivos conforme a Lei que estabeleceu o SINAES no Art.5º, parágrafo 1º da Lei nº10.861 (BRASIL, 2004, p.3).

[...] aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilitações para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligado à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

A avaliação utilizada pelo ENADE centra-se no alcance de objetivos que são quantitativos, que não dão conta da complexidade do processo de aprendizagem. É preciso levar em consideração as particularidades da realidade da educação superior, pensando nas desigualdades sociais e regionais presentes no Brasil, para que a qualidade chegue para todos de forma hegemônica, de modo que os fortes permaneçam fortes e os fracos se tornem fortes. Investir na qualidade para que todos possam avançar em busca dos padrões aceitáveis.

4.1 Indicador de Qualidade

O índice de desempenho esperado é um indicador de qualidade expresso em uma escala contínua e em cinco níveis, nos quais os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Eles servem como orientadores das avaliações *in loco* do ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira (Tabela 3).

Tabela 3 - Escala do conceito ENADE

Conceito ENADE	Notas Finais
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1,95 a 2,94
4	2,95 a 3,94
5	3,95 a 5,0
Sem Conceito	-----

Fonte: Adaptado de INEP (2017).

A parte referente ao Componente Específico contribui com 75% da nota final, enquanto a parcela referente a Formação Geral contribui com 25%, em consonância com o número de questões da prova, 30 e 10, respectivamente. De acordo com Sousa (2009, p. 245), “do ponto de vista etimológico, qualidade corresponde à propriedade, atributo ou condição das coisas ou das pessoas, capazes de distingui-las das outras e/ou de lhes determinar a natureza”. Em educação o termo vem sendo cada vez mais utilizado, mas necessita de mais reflexão, pois é um termo complexo.

O ENADE tem por objetivo avaliar o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. A avaliação por meio do ENADE é aplicada periodicamente ao final do primeiro e do último ano de curso. São elaboradas com questões de competências gerais, avaliando habilidades e conhecimentos que os alunos tenham sobre todas as áreas aplicadas. Questões específicas construídas com base em diferentes áreas de conhecimentos.

A globalidade, é outro princípio que condiz com a avaliação intrínseca de fatores em volta do ensino. Assim o SINAES (2009, p.100-101) pontua que:

O Estado deve implementar os instrumentos avaliativos que possibilitem uma visão global do sistema, visando tanto à regulação quanto à implementação de medidas e ações de melhoramento. Os processos de avaliação nas instituições devem integrar diversos procedimentos e instrumentos, na forma de estudos, discussões, juízos de valor a respeito de todas as dimensões e estruturas institucionais. Essas ações avaliativas podem ter como objeto aspectos determinados, como a administração, à docência, a pesquisa, as relações com a sociedade, a vida comunitária, as unidades, os cursos, os programas, etc. Por isso, a avaliação deve ser entendida como multidimensional e polissêmica – pois a educação enquanto fenômeno humano também o é –, porém, tendo articuladas as suas diversas dimensões e sentidos.

A avaliação do SINAES é interligada à princípios e objetivos, portanto há uma interligação de forma dinâmica na política, quando ressalta que cada dimensão tem seu objetivo e princípio a ser verificado na avaliação. Portanto os conceitos ENADE, IDD e CPC não perdem seu papel, pois cada um deles tem o direcionamento na avaliação. Pode-se destacar que a concepção quantitativa e qualitativa está articulada simultaneamente, pois enquanto uma volta-se para captação de informações relativas ao ensino, a outra se volta para o estudo crítico acerca do ensino.

O Ciclo Avaliativo do ENADE determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados. As áreas de conhecimento para os cursos de bacharelado e licenciatura derivam da tabela de áreas do conhecimento divulgada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já os eixos tecnológicos são baseados no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), do MEC.

No primeiro ano foram avaliados: Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e áreas afins; Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Engenharias e Arquitetura e Urbanismo; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança.

No ano II: Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Linguística, Letras e Artes e áreas afins; Cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Linguística, Letras e Artes; Cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de Ciências Humanas e Ciências da Saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.

No ano III: Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins; Cursos de bacharelado nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Na Tabela 4 está presente o quantitativo de cursos de licenciatura avaliados no Estado do Maranhão em 5 edições do ENADE, mostrando cursos que foram ofertados em todos os anos e outros em apenas alguns. O curso de Letras está englobando os 3 módulos, Português, Inglês e Espanhol, considerando os três apresentam 140 cursos ofertados ao longo dos cinco

anos, o maior curso ofertado é o de Pedagogia com 101, seguido pelo de História e Matemática, 78 e 74 respectivamente.

Tabela 4 - Cursos com estudantes no ENADE no Maranhão - 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017

CURSOS	QUANTITATIVOS DE CURSOS AVALIADOS				
	2005	2008	2011	2014	2017
BIOLOGIA/ CIENCIAS BIOLÓGICAS	8	18	12	9	14
FILOSOFIA	1	3	3	4	3
CIÊNCIAS SOCIAIS	1	1	---	---	2
FÍSICA	5	5	5	7	8
HISTÓRIA	15	29	4	27	3
GEOGRAFIA	13	23	5	4	4
MATEMÁTICA	20	26	10	8	10
PEDAGOGIA	20	26	18	19	18
QUÍMICA	6	9	6	8	9
LETRAS PORT/ INGLÊS/ ESPANHOL	32	28	19	37	24
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	---	---	2	1	1
MÚSICA	---	---	1	2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	---	---	6	6	6
ARTES VISUAIS	---	---	---	2	2

Fonte: Adaptado de INEP (2019).

Alguns cursos são novos, aparecendo em apenas dois ou 3 anos. Isso mostra a expansão que ocorre nas Instituições de ensino superior, na busca de cursos de formação de professores já existentes, e/ou na busca de novidades.

4.2 Cursos de Pedagogia no Estado do Maranhão

O curso de Pedagogia é uma licenciatura formadora de professores para atuarem em diversas áreas como: educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, na gestão e coordenação de escolas, ou em áreas não formais como empresas, hospitais, organizações não governamentais e outras. É oferecido em grau de bacharelado e licenciatura, presencial e a distância e duração de 4 anos. Aqui iremos trabalhar apenas com o curso de pedagogia no módulo presencial.

O curso de pedagogia é ofertado em todas as instituições avaliadas nas edições do ENADE. Foram avaliadas as seguintes Instituições que ofertaram os cursos de pedagogia nas edições de 2011, 2014 e 2017.

- Universidade Federal do Maranhão;
- Universidade Estadual do Maranhão;
- Centro universitário do Maranhão;
- Faculdade Atenas Maranhense;
- Faculdade de Educação São Francisco;
- Faculdade Santa Fé;
- Faculdade de Imperatriz;
- Unidade de Ensino Superior Dom Bosco;
- Faculdade do Vale do Itapecuru;
- Faculdade do Maranhão;
- Faculdade de Educação Santa Terezinha;
- Faculdade do baixo Parnaíba;
- Instituto de Ensino Superior Múltiplo;
- Instituto de Ensino Superior Franciscano;
- Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão;
- Faculdade de Imperatriz Wyden;
- Faculdade Pitágoras de São Luís.

O gráfico a seguir mostra o quantitativo de Instituições que ofertaram o curso de Pedagogia no Estado do Maranhão e o número de cursos avaliados. Ocorre apenas uma queda no número de IES avaliadas no ano de 2017 em relação aos outros dois anos, e o número de cursos também é equilibrado nas edições avaliadas. De acordo com a lista de Instituições logo acima, mais de 70% ofertam este curso de graduação, significando que a busca por esta permanece ao longo dos anos.

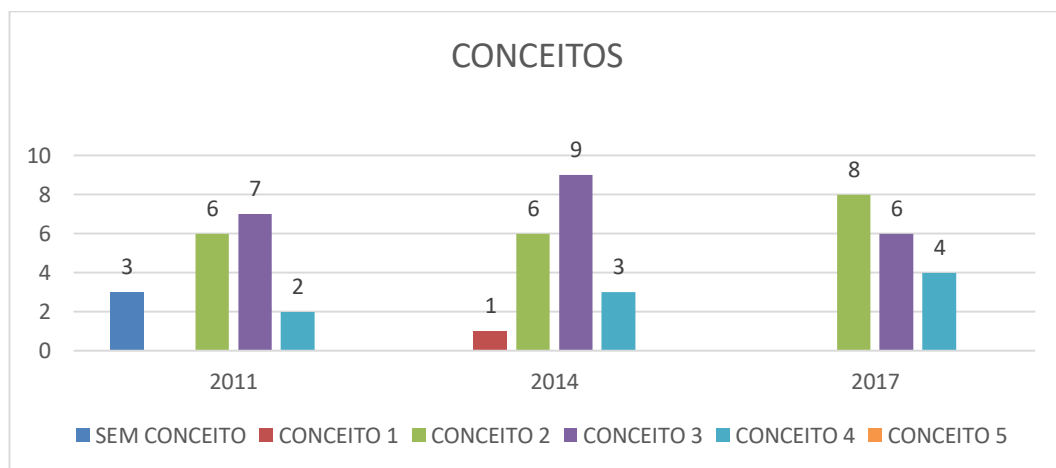
Gráfico 4 - Instituições no Estado do Maranhão que ofertaram cursos de pedagogia no triênio de 2011, 2014 e 2017.



Fonte: Adaptado de INEP (2019).

Os conceitos do curso de Pedagogia (Gráfico 5) ficam na sua maioria no conceito 3, e nos anos observados o número de cursos com conceito 4 aumentam, sendo calculado 9 cursos com este conceito considerado satisfatório, entretanto, nenhum curso apresenta o conceito padrão 5, mostrando que este curso ainda tem um caminho a percorrer na busca da qualidade instituída pelo SINAES.

Gráfico 5 - Conceitos dos cursos de Pedagogia do Maranhão em 2011, 2014 e 2017



Fonte: Adaptado de INEP (2019).

4.3 Os cursos de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) é a IES que mais oferta cursos de graduação em licenciatura, sendo uma instituição Estadual, ela está regulada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Maranhão. Sendo assim a responsabilidade de acompanhar a qualidade desses cursos de graduação cabe ao conselho estadual de Educação.

Nos anos de 2011, 2014 e 2017 Foram avaliados os seguintes *Campi*:

- São Luís;
- Bacabal;
- Caxias;
- Imperatriz;
- Santa Inês;
- Timon.

Os conceitos apresentados na Tabela 5 são de uma Universidade que lidera na oferta de cursos de licenciatura, e apresenta vários campi em lugares diferentes do Estado. Nesses

anos foram ofertados 19 cursos de Pedagogia. Foram avaliados 6 cursos nos anos de 2011 e 2014, no ano de 2017 aumentou um curso de Pedagogia no *campus* São Luís pois nesse ano o curso nos módulos presencial e EaD foram separados no resultado da avaliação do ENADE.

Tabela 5 - Conceitos do curso de Pedagogia nos *campis* da UEMA em 2011, 2014 e 2017.

CAMPIS	CONCEITOS DOS ANOS		
	2011	2014	2017
São Luís	2	2	4
São Luís EaD	2	2	2
Bacabal	3	3	3
Caxias	3	3	3
Imperatriz	SC	4	3
Santa Inês	3	3	3
Timon	SC	3	3

Fonte: Adaptado de INEP (2019).

No *campus* de São Luís, o curso de Pedagogia nos dois primeiros anos avaliados, obteve conceito 2, conceito este considerado insatisfatório, até então o resultado final abrangia o módulo presencial e à distância. No ano de 2017, aconteceu a separação desses módulos no resultado na avaliação, assim, o *campus* UEMA São Luís atingiu conceito 4, a maior dentre todas as edições, e o módulo à distância conceito 2.

Bacabal, Caxias e Imperatriz permaneceram no conceito 3. Os *campis* de Imperatriz e Timon tiveram seus cursos de Pedagogia no ano de 2011 sem conceito, isso ocorreu por essa unidade ter sido reconhecida apenas em 30/09/2012. Entretanto o *campus* de Imperatriz obteve conceitos 4 e 3 em 2014 e 2017, respectivamente, e Timon conceito 3 nos dois últimos anos avaliados.

Esses resultados mostram que o conceito do curso de Pedagogia dessa Universidade permanece bom em todos os *campis*, em sua maioria conceitos 3 e 4, embora não apareça nenhum conceito máximo, 5.

A avaliação do ENADE contempla, além das provas de desempenho no componente de formação geral e no componente de conhecimento específico, o questionário do estudante, que é preenchido *on-line* na página do INEP. É de suma importância que as Universidades conheçam o perfil de seus estudantes, afim de refletir sobre suas práticas para que construam uma IES de qualidade, de forma que atenda as especificidades do seu público de maneira justa, igualitária e democrática. O questionário do ENADE surge com o papel de

auxiliar as Instituições na análise de seus estudantes, e também para entender melhores fatores que podem estar ligadas ao desempenho dos estudantes na prova.

As informações da Tabela 6 foram tiradas do relatório do curso de Pedagogia da UEMA de São Luís-MA.

Tabela 6 - Distribuição percentual de estudantes da área para o Curso, para a Unidade da Federação, para a Região, para a Categoria Administrativa, para a Organização Acadêmica e para o Brasil, segundo o curso, o sexo e a cor ou raça.

PEDAGOGIA (LICENCIATURA) - 11893

Sexo: Feminino

Qual é a sua cor ou raça?	Curso	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Branca.	13,6	13,9	18,4	29,5	39,7	43,7
Preta.	27,3	14,8	17,7	17,2	10,6	10,0
Amarela.	2,3	1,6	2,2	2,1	2,2	2,0
Parda.	40,9	56,8	49,7	40,0	38,4	36,0
Indígena.	2,3	0,8	0,6	0,4	0,4	0,4
Não quero declarar.	2,3	1,3	2,0	2,2	1,8	1,7

Sexo: Masculino

Qual é a sua cor ou raça?	Curso	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Branca.	0,0	1,3	1,8	2,0	2,0	2,1
Preta.	6,8	2,9	2,3	2,0	1,2	1,0
Amarela.	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Parda.	2,3	6,0	4,9	4,1	3,2	2,8
Indígena.	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Não quero declarar.	2,3	0,5	0,3	0,3	0,2	0,2

Fonte: Inep (2017).

A tabela acima mostra a resposta dos alunos quanto sua raça, e a maior porcentagem é de mulheres que se denominam pardas, seguido por mulheres pretas. A presença do sexo masculino no curso de Pedagogia é bem inferior em relação as mulheres, na tabela é bem evidente, apenas 6,8% dizem que são de cor preta, seguido por 2,3% que se dizem de cor amarela e outros não quiseram declarar. O curso é quase em sua totalidade de presença feminina, e não apenas na região avaliada, mas no Brasil inteiro. E mesmo um percentual mínimo, ainda há pessoas que não declaram sua cor ou raça. A próxima tabela mostra a distribuição de renda desses estudantes (Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição percentual de estudantes da área para o Curso, para a Unidade da Federação, para a Região, para a Categoria Administrativa, para a Organização Acadêmica e para o Brasil, segundo o curso e a renda.

PEDAGOGIA (LICENCIATURA) - 11893

Qual a renda total de sua família, incluindo seus rendimentos?	Curso	UF	Região	Cat. Adm.	Org. Acad.	Brasil
Até 1,5 salário mínimo (até R\$ 1.405,50).	43,2	59,5	56,9	42,3	35,0	33,6
De 1,5 a 3 salários mínimos (R\$ 1.405,51 a R\$ 2.811,00).	29,5	28,3	29,7	33,6	36,7	36,9
De 3 a 4,5 salários mínimos (R\$ 2.811,01 a R\$ 4.216,50).	18,2	8,7	8,7	14,9	17,1	18,1
De 4,5 a 6 salários mínimos (R\$ 4.216,51 a R\$ 5.622,00).	6,8	2,1	2,8	5,0	5,9	6,1
De 6 a 10 salários mínimos (R\$ 5.622,01 a R\$ 9.370,00).	2,3	1,2	1,4	3,4	4,0	4,1
De 10 a 30 salários mínimos (R\$ 9.370,01 a R\$ 28.110,00).	0,0	0,3	0,4	0,7	1,1	1,1
Acima de 30 salários mínimos (mais de R\$ 28.110,00).	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1

Fonte: Inep (2017).

A renda de quase metade dos estudantes de Pedagogia é de 1,5 salário mínimo (até R\$ até R\$ 1.405,50), sendo este salário correspondente a uma família inteira. Um curso que exige muita leitura, grandes quantidades de xerox para leitura, materiais para confecção de recursos é preciso ter um olhar sensível, sobre como os estudantes tem dado conta de se manter em dia com as disciplinas.

5 O QUE OS SUJEITOS REVELAM SOBRE O ENADE

Inicialmente apresentaremos a pesquisa que tem um caráter exploratório e uma perspectiva de análise que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos. A opção por esta abordagem baseia-se no entendimento de que não será a simples sofisticação metodológica em torno de dados quantitativos que transformará em dados qualitativos, o mesmo não ocorrendo no sentido inverso, de acordo com Bogdan e Biklen (2010, p. 50), ao afirmarem que “os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva [...] as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando”.

O processo investigativo da abordagem qualitativa visa buscar informações fidedignas para explicar em profundidades, o significado e as características do contexto do objeto de pesquisa. Cabe destacar que, em pesquisa qualitativa, os dados estatísticos são utilizados para dar maior precisão aos dados coletados no decorrer da investigação.

Como estratégia para esta pesquisa, buscou-se os relatórios sobre o SINAES e seus indicadores de qualidade como o CPC, IGC e ENADE, sendo estes temas relevantes para o estudo, convergentes para a compreensão da qualidade do curso de formação de professores. No que se referem aos instrumentos, estes são necessários para o andamento do estudo, para coletar informações durante a pesquisa, bem como a revisão bibliográfica da temática. Segundo Gil (1999) *apud* Oliveira (2011, p.25):

[...] o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Dessa forma, foi necessário pesquisar nas bases de dados disponíveis pelo INEP, a fim de extrair informações acerca da avaliação do ENADE, nos cursos de Pedagogia do Maranhão nos respectivos anos avaliados 2011, 2014 e 2017.

A pesquisa de campo foi de cunho exploratório, como a finalidade da pesquisadora se aproximar do objeto de estudo. O questionário serviu como suporte para a coleta de dados. Segundo Marcone e Lakatos, (2003, p. 189), o interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade.

O interesse na delimitação da pesquisa fundou-se a priori, oriundo de uma pesquisa de iniciação científica que perdurou por dois anos com o plano de trabalho ENADE: impactou na qualidade dos cursos de licenciatura no Maranhão?, onde procuramos investigar e analisar os impactos do processo de expansão dos cursos de licenciatura no Maranhão, no período pós-SINAES edições 2005, 2008, 2011 e 2014, observando os aspectos da qualidade desses cursos, tomando como referência os indicadores de qualidade dos cursos avaliados no ENADE. Diante dos resultados, foi percebida a necessidade de investigar os cursos de Pedagogia do Estado do Maranhão, para este estudo será recortado apenas a modalidade presencial.

Retomando p que já foi exposto no Capítulo 4, as instituições de ensino superior analisadas foram: Universidade Federal do Maranhão; UEMA; Centro universitário do Maranhão; Faculdade Atenas Maranhense; Faculdade de Educação São Francisco; Faculdade Santa Fé; Faculdade de Imperatriz; Unidade de Ensino Superior Dom Bosco; Faculdade do Vale do Itapecuru; Faculdade do Maranhão; Faculdade de Educação Santa Terezinha; Faculdade do baixo Parnaíba; Instituto de Ensino Superior Múltiplo; Instituto de Ensino Superior Franciscano; Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão; Faculdade de Imperatriz Wyden; Faculdade Pitágoras de São Luís. Os anos foram escolhidos com a intenção de analisar a expansão do curso de Pedagogia na Instituição e a evolução ou não dos conceitos do ENADE.

O último procedimento a ser executado foram os questionários, com as gestores e professoras do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia da UEMA, *campus* São Luís-MA, com o objetivo principal de obter informações do colaborador, sobre seus conhecimentos sobre o ENADE e as ações desenvolvidas para elevar a qualidade do curso.

Quanto a essa abordagem, Selltiz (1965) em uma de suas definições diz que esse método ajudará a descobrir, por meio das definições individuais dadas, qual a conduta adequada em determinadas situações, a fim de prever qual seria a sua. As definições adequadas da ação apresentam em geral dois componentes: os padrões éticos do que deveria ter sido feito e considerações práticas do que é possível fazer.

5.1 Concepções dos sujeitos sobre o ENADE

As colaboradoras da pesquisa foram quatro professoras do NDE do curso de Pedagogia da UEMA, *campus* São Luís-MA, entre estas, duas gestoras do curso, uma do curso presencial e outra da EaD e duas professoras do NDE, afim de identificar percepções e conhecimentos dos resultados do ENADE, suas características e problemas que implicam na

qualidade do curso de Pedagogia. Abaixo, no Quadro 3, o perfil das professoras que colaboraram com a pesquisa.

Quadro 3 - Perfil das colaboradoras da pesquisa.

Colaboradoras	Graduação	Cargo Atual
Gestora 1	Doutora	Gestora do curso de Pedagogia presencial e professora da disciplina Multimeios aplicados a educação.
Gestora 2	Doutora	Gestora do curso de Pedagogia EaD e professora da disciplina Estágio Supervisionado da educação Infantil
Gestora 3	Mestre em educação	Professora da disciplina de fundamentos e Métodos da EJA e Idosos
Gestora 4	Doutora	Professora da disciplina de Fundamentos e metodologias do ensino da Língua Portuguesa.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados levantados a partir das percepções das colaboradoras de pesquisa apresentam um diagnóstico dos cursos de Pedagogia, nesse caso, o curso de Pedagogia da UEMA (APÊNDICE A). O primeiro questionamento referiu-se a como era avaliado o indicador de qualidade a partir do ENADE do curso de Pedagogia. Destacamos as falas mais expressivas para análise, sendo estas:

- G1: “o resultado do ENADE como um conjunto de ações refletidas no curso pelo empenho de professores, alunos, funcionários, reuniões de condições para as atividades do curso acontecerem”;
- G2: “não expressa os domínios avaliados, pois foi realizado envolvendo apenas 90 alunos irregulares e que já haviam encerrado o curso e não puderam ser mobilizados antes para ouvir explicações para o ENADE”.

Observamos com isso que existem duas percepções sobre os resultados do ENADE nos dois cursos avaliados.

Uma das colaboradoras critica que os alunos que participaram da avaliação estavam irregulares, então não foram preparados para tal avaliação. O envolvimento deve ser de todos os professores e gestores do curso, de maneira que todos sintam-se pertencentes dos resultados obtidos, contribuindo para a qualidade do curso.

Sobre o envolvimento dos estudantes para fazer o ENADE, temos as seguintes percepções das colaboradoras:

- G1: “apesar de estar há pouco tempo à frente da coordenação do curso, sei que as Universidades, através da PROG/DAAE e ações conjuntas com os cursos,

refletem posteriormente através de atividades de esclarecimento sobre o que representa esta avaliação;

G3: “há reuniões de chamada, incentivo e orientações por parte da coordenação do curso e dos professores mais envolvidos”.

Nesse sentido, ressalta-se duas falas, onde na prima uma gestora está há pouco tempo à frente do curso, por isso ainda não teve nenhuma experiência até agora com a avaliação, mas enfatiza que a IES presta esclarecimentos sobre a avaliação, a outra diz que acontecerá reuniões, com objetivo de tirar possíveis dúvidas e explicar sobre o processo de avaliação para os coordenadores e alunos.

Quanto aos possíveis problemas que o curso de Pedagogia enfrenta para elevar o conceito ENADE, destaca-se a fala da gestora do curso de Pedagogia (G2), que expõe seu descontentamento quanto ao que é exigido na avaliação e pela CAPES, que não corresponde à realidade de seus espaços, sobre os alunos deste modulo não serem inclusos em programas de pesquisa e extensão, programas pilares na formação do estudante de graduação. Outras falas são importantes no que tange a:

G1: “infraestrutura humana e física para efetivação de algumas atividades que ampliam as experiências e vivências que poderiam ser ampliadas através de mais recursos. Precisamos ainda de mais seletivos e concursos para algumas áreas carentes ou compartilhadas/ofertadas por outros departamentos. Precisamos de mais incentivo para publicação e elevação de um dos indicadores da dimensão docente que deve estar voltada para o empenho da produção científica, assim como a extensão”;

G3: “falta de recursos multimídia (teria que ter mais), mais pesquisa e mais publicações com um incentivo mais frequente dos professores doutores, mais “campanhas” e mais colaboração entre os mesmos, com mais troca de informações sobre fontes e canais para publicação”.

Diante das respostas, pode-se perceber o descontentamento das professoras em relação ao espaço físico que é oferecido e a falta de recursos como multimídias. As falas das professoras são relevantes para a instituição no que se refere ao reconhecimento das fragilidades que a IES enfrenta e por consequência o curso, para que a partir disso iniciem-se ações de melhoria da qualidade para o ensino dos alunos, mudança nos currículos e na gestão. O debate sobre a qualidade na educação superior é necessário para rever os valores educacionais, e orientar as políticas de avaliação da educação superior vigente, de forma que atenda a todos os níveis e modalidades, considerando aspectos regionais e as especificidades de cada cultura.

Se tratando sobre a prova do ENADE, foi questionado se possuíam conhecimento e quais eram suas avaliações a respeito da mesma. As gestoras responderam:

G1: “Ano que vem será minha primeira experiência como gestora. Antes, nunca tive acesso a prova. Como tenho que me preparar para o ano que vem, vejo que as questões não avaliam/ ou seja, não estão dissociadas a conhecimentos pedagógicos”.

G3: “a prova é razoável, mas precisa focar mais nas questões referentes as disciplinas pedagógicas”. Uma posição diferente vem da Gestora 2 que expõe que “as questões são problematizadoras e contextualizadas, o que demanda do professor no seu cotidiano avaliativo buscar atividades significativas para que os alunos vinculem teoria à prática na dimensão reflexiva”.

As falas sobre a prova do ENADE revelam que há um conhecimento sobre, e que as professoras colaboradoras possuem opiniões diferentes sobre a prova. Existem diferentes maneiras de interpretar um conteúdo de um texto, contudo no processo de analisar dados, sustentamos que a análise deve:

[...] necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado. O liame entre este tipo de relação deve ser representado por alguma forma teórica. Assim, toda análise de conteúdo implica em comparações contextuais. Os tipos de comparação podem ser multivariados. Mas, devem, obrigatoriamente, ser direcionadas a partir da sensibilidade, da intencionalidade e da competência teórica do pesquisador (FRANCO, 2008, p. 20).

Seguindo, foi feita uma pergunta sobre os relatórios do ENADE do curso de Pedagogia, e como elas avaliavam o conteúdo desse relatório. Uma colaboradora menciona que

G1: “Conheço, penso que são indicativos dos elementos que o curso precisa melhorar para elevar seus índices e notas das avaliações externas”;

G4: “o relatório é reducionista, mostra elementos que o núcleo (NDE) precisa se debruçar e refletir criticamente sobre o PPC e o seu desdobramento nas práticas educativas no curso de Pedagogia com os professores e estudantes”.

O relatório de curso é um documento divulgado pelo INEP desde 2005 sobre o ENADE, com os dados de avaliação geral comum a todos os cursos de todas as áreas e componente específico de cada área. O desempenho dos estudantes na prova também faz parte do relatório, neste caso, no curso de Pedagogia, o questionário socioeconômico e o questionário de impressão sobre a prova. As informações que estão presentes nos relatórios descrevem os resultados obtidos a partir dos dados concedidos pelos estudantes.

Finalizando a análise do questionário, indagou-se sobre as ações desenvolvidas a partir do resultado do ENADE no curso de Pedagogia:

G1: “Tanto a direção do curso como a direção maior da Universidade, têm investido esforço de oferecer programas de atualização didática- tecnológica, iniciada em outubro/19. Mas o curso já dispôs de espaços mínimos para ampliação de suas atividades na direção de outras didáticas. Quanto aos alunos, precisamos no ano que irá ser feito, outras ações que lhes permitam

compreender seu papel também quanto a sua aprendizagem, assim como em relação a elevação da qualidade do curso”.

Uma outra questão surgiu a partir da explanação da Gestora 4, que a pesar de não ter conhecimento sobre as ações específicas voltadas para o ENADE, entende que:

G4: “o nosso compromisso e responsabilidade é com as aprendizagens dos estudantes. O conceito ENADE é resultado de nossas práticas no cotidiano do primeiro ao último período, não pode ser um fim em si mesmo, nos resultados da qualidade que realizamos ao longo do curso na tríade: ensino, pesquisa e extensão”.

A partir da análise e interpretação das informações levantadas, é perceptível que há uma cultura dentro da UEMA de considerar os resultados das avaliações no processo para melhoria da qualidade do curso de graduação de Pedagogia, ações que revertam a baixa qualidade da aprendizagem dos alunos. Estas ações são relevantes se forem desenvolvidas no curso, através de um projeto político pedagógico, que atenda às necessidades da formação do Pedagogo, sobre isso Castro (2009, p.38) afirma que:

[...] rumo ao curso e define uma diretriz comum que deve ser seguida por todos; a implantação e a efetiva participação dos vários seguimentos do curso em conselhos; a valorização e a formação docente; fundamentada em conhecimentos práticos e teóricos consistentes; e as condições de trabalho pedagógico.

As informações coletadas possibilitaram analisar de mais perto como a avaliação tem se aplicado na IES, delinear novos conhecimentos sobre a avaliação de desempenho dos estudantes, em especial do curso de Pedagogia. As declarações das 4 colaboradoras são necessárias para sustentar o processo da análise e interpretação dos dados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a discussão realizada busca apreender a natureza do objeto estudado, assim procurou-se abordar as questões direcionadas à avaliação e os indicadores de qualidade da educação superior, como recorte de pesquisa o ENADE. Os resultados do ENADE podem ser usados para desenvolver ações que visem melhoria na qualidade do curso de Pedagogia. Entretanto, é necessário que a academia discuta os resultados apresentados pelos órgãos oficiais, observando as condições de infraestrutura, o desempenho dos estudantes e a organização didática pedagógica que a IES oferece.

No tocante a Avaliação da Educação Superior no Brasil, esta passa por indiscutíveis mudanças que colocam em dúvidas o objetivo de assegurar o processo da avaliação nacional das instituições da educação superior, os cursos de graduação e por fim o desempenho acadêmico dos estudantes.

O conceito 3 aparece em destaque, o que indica que essas IES permanecem em suas zonas de conforto, seguindo pelo conceito 2, que é considerado satisfatório, e logo após o conceito 4. É relevante destacar que não houve nenhum conceito 5, que de acordo com a atual política de avaliação é o conceito de excelência do ENADE. É preciso que os professores junto com alunos e gestão se unam de modo reflexivo e prático para solução de problemas e a melhora da qualidade na oferta do ensino que atenda às necessidades dos estudantes.

Um recorte foi feito apenas à instituição da UEMA, que apresenta 6 *campi* no Maranhão, o conceito do curso de Pedagogia ainda é em sua maioria o conceito 3, que é o mediano, mas que já é considerado satisfatório. Na tabela 5, há dois conceitos na IES da UEMA no *campus* de São Luís-MA, visto que o curso de pedagogia do módulo EaD e presencial foram avaliadas separadamente, assim cada uma obteve um conceito diferente. Houve a necessidade de saber se a Instituição fazia uso desses resultados para elevar o conceito do curso, logo um questionário foi necessário, e contou com a colaboração de 4 professoras, dentre estas duas gestoras do curso de Pedagogia, das modalidades presencial e EaD.

As colaboradoras demonstraram em suas falas conhecimentos sobre a avaliação do ENADE, quanto ao seu procedimento e seus objetivos, e que a IES se preocupa com a preparação de seus alunos em conjunto com a comunidade acadêmica, que é feita na chamada para reuniões com objetivo de tirar dúvidas sobre o ENADE. Entretanto, ainda assim, é necessário que haja mais informações sobre a prova e o objetivo desse indicador, que é aferir o desempenho de seus estudantes, para que de fato esses indicadores sejam aproveitados para busca de diagnóstico para a qualidade do curso.

Os documentos oficiais foram trabalhados, e a partir disso faz-se a crítica sobre esses indicadores de qualidade da política instituída pelo SINAES, os quais não representam a qualidade total do que se deseja dizer que seja qualidade, pois essas avaliações não consideram os aspectos regionais, as particularidades dos cursos, a cultura. Mostrou-se o que a Política Institucional de Avaliação coloca como qualidade, que é a escala de 1 a 5. Nesse sentido, é importante entender as potencialidades de uma avaliação com base em exames ou provas de larga escala, considerando a grande estrutura da educação superior no país. Assim, o resultado do ENADE, CPC e IGC constituem-se como uma política relevante para subsidiar informações em relação às políticas públicas e para o monitoramento das IES no país.

É necessário que as IES priorizem pesquisa, extensão e outras atividades que envolvam seus discentes e docentes, além disso, que os envolvidos estejam predispostos a participarem dessas atividades, que o exame do ENADE seja utilizado como norte para aumentar os indicadores do ambiente que estão inseridos.

Ao longo da pesquisa, várias conclusões e análises foram sendo feitas ao final de cada capítulo, como forma de melhorar a visualização das informações. É necessário que este estudo seja ampliado, estudando sobre a avaliação institucional, os resultados do ENADE, para compreender os indicadores de qualidade do SINAES, que visam melhorar a qualidade da educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carla B. Zandavalli M; BENINI, Élcio Gustavo; BEZERRA, Vinicius de Oliveira. **Quanto custa a Avaliação em Larga Escala na educação superior no Brasil?** In: CUNHA Celio da; SOUSA José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. *Expansão e Avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. *Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 13, n. 1, 2008.

BATISTA. Michelle Espíndola da, *Expansão e Privatização da Educação Superior no período civil militar ao neoliberal-popular* In: CUNHA Celio da; SOUSA José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Expansão e Avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei n.º 5.540, de 29 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria normativa n.º 170, de 3 de março de 1986**. Ministério da Educação/secretaria de regulação e supervisão da educação superior. DF. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.131 de 24 de outubro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001**. Ministério da Educação/secretaria de regulação e supervisão da educação superior. DF. Brasília.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação Institucional. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 72, 15, maio 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Ministério da Educação/secretaria de regulação e supervisão da educação superior. DF. Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Ministério da Educação/secretaria de regulação e supervisão da educação superior. DF. Brasília.

BRASIL. **Portaria normativa n. 12, DE 5 de setembro de 2008**. Estabelece o regulamento do Índice Geral de Curso. DF. Brasília.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Metodológica: indicadores de qualidade da educação superior 2012**. Brasília, DF, Inep, out. 2013.

BRASIL. **Portaria normativa n. 8, de 26 de abril de 2017**. Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para o ano de 2017 - Enade 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. Brasília, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017: Divulgação dos Principais Resultados**. Brasília, DF: Inep, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Provas e Gabaritos**. Brasília, 2019.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luiza C. de. **Metodologia da Avaliação em Políticas Públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 75).

BOGDAN, R. E; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 2010.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Orgs.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino: Liber Livro**, 2009, p. 21-44.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

DUARTE, Ana Lúcia. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): A Gestão Acadêmica usa seus resultados?** São Luís: editora UEMA, 2015.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008.

GOMES, Alfredo Marcelo, Expansão e Privatização da Educação Superior no período civil militar ao neoliberal-popular In: CUNHA Celio da; SOUSA José Vieira de; SILVA, Maria Abadia da. **Expansão e Avaliação da Educação Superior: Diferentes Cenários e Vozes**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

IKUTA, Camila Yuri Santana. **A qualidade no Programa Universidade para Todos (ProUni) segundo os resultados de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**, Catalão, Goiás, UFG, 2011.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. **Eu avalio, tu avalias, nós nos auto avaliamos? A experiência da Unidade Universitária de Ciências Sócio- Econômicas e Humanas- UnUCSEH/UEG com a auto avaliação proposta pelo SINAES**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília 2008.

SELLTIZ *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1965.

SOBRINHO, José Dias. **Universidade e avaliação**. Entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação Institucional: instrumentos de qualidade educativa. A experiência da Unicamp. *In*: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). **Avaliação institucional**: teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 2005, p. 53-86.

SOUZA, J. B.; PEIXOTO, M. C. L. Políticas de expansão dos cursos superiores de tecnologia: nova face da educação profissional e tecnológica. *In*: JEZINE, E.; BITTAR, M. (Orgs.). **Políticas de educação superior no Brasil**: expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 86-102.

SOUSA, José Vieira; FERNANDES, Ivanildo. SINAES ou Neo-SINAES? A avaliação da educação superior no Brasil à luz do ENADE ampliado. *In*: CUNHA Celio da; SOUSA José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Expansão e Avaliação da Educação Superior**: Diferentes Cenários e Vozes. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

SOUSA, José Vieira. Qualidade na educação superior: lugares e sentidos na relação público-privado. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.29, n.78, p.242-256, maio/ago.2009.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhais; SOARES, José Francisco. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio**: aval. pol. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.52, p.291-310, jul/set. 2006.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AS COLABORADORAS DA PESQUISA



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

- 1- Como você avalia o indicador de qualidade do conceito ENADE do curso de Pedagogia?
- 2- O que é feito para envolver os estudantes para fazer o ENADE? Na sua análise o que deveria ser feito além do que já feito?
- 3- Quais os principais problemas que você percebe no curso de Pedagogia para elevar o conceito ENADE?
- 4- Você conhece a prova do ENADE? Como você avalia?
- 5- Você conhece os relatórios do ENADE do curso de Pedagogia? Como você avalia o conteúdo do relatório?
- 6- Quais as ações desenvolvidas a partir do resultado do ENADE no curso de Pedagogia?

Fonte: Elaborado pela autora (2019).